

# Caixa Econômica Federal – CAIXA

30 de setembro de 2015

Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Relatório dos Auditores Independentes	108

**Balço Patrimonial Consolidado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>553.928.875</b>	<b>514.548.403</b>	<b>518.453.025</b>
<b>DISPONIBILIDADES (Nota 4)</b>	<b>10.614.407</b>	<b>13.242.976</b>	<b>13.335.393</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)</b>	<b>126.925.315</b>	<b>120.600.940</b>	<b>103.543.892</b>
Aplicações no mercado aberto	118.602.043	114.067.123	97.329.854
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.323.278	6.534.954	6.214.507
Provisões para perdas	(6)	(1.137)	(469)
<b>TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	<b>127.269.029</b>	<b>120.997.389</b>	<b>123.842.845</b>
Carteira própria - livre	67.356.304	76.144.829	75.746.501
Vinculados a compromissos de recompra	41.532.025	41.152.003	45.423.131
Instrumentos financeiros derivativos	4.966.643	905.638	403.975
Vinculados ao Banco Central	1.129		
Vinculados a prestação de garantias	13.412.928	2.794.919	2.269.238
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>106.538.713</b>	<b>93.879.294</b>	<b>99.476.097</b>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.403.096	83.229	1.228.190
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	104.341.600	93.345.132	97.486.795
Correspondentes	794.017	450.933	761.112
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>141.226</b>	<b>561.884</b>	<b>81.737</b>
Recursos em trânsito de terceiros	315	192	169
Transferências internas de recursos	140.911	561.692	81.568
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)</b>	<b>140.283.809</b>	<b>129.249.192</b>	<b>127.710.288</b>
Setor público	4.823.463	4.518.988	5.849.552
Setor privado	153.130.280	138.256.038	134.947.420
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	783.955	748.074	766.128
Provisão para operações de créditos	(18.453.889)	(14.273.908)	(13.852.812)
<b>OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)</b>	<b>39.914.994</b>	<b>34.458.544</b>	<b>49.039.326</b>
Créditos por avais e fianças honrados	27.517	29.185	27.159
Carteira de câmbio	5.672.401	2.506.525	1.582.642
Rendas a receber	3.830.133	2.971.952	2.729.371
Negociação e intermediação de valores	45.611	2.766	361
Créditos específicos	818.361	765.593	788.057
Diversos	29.848.628	28.440.582	43.984.650
Provisão para outros créditos	(327.657)	(258.059)	(72.914)
<b>OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)</b>	<b>2.241.382</b>	<b>1.558.184</b>	<b>1.423.447</b>
Outros valores e bens	2.258.129	1.602.632	1.370.706
Provisões para perdas	(106.120)	(90.591)	(31.785)
Despesas antecipadas	89.373	46.143	84.526
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>601.756.722</b>	<b>550.135.001</b>	<b>500.307.094</b>
<b>TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)</b>	<b>47.248.569</b>	<b>46.995.168</b>	<b>44.095.797</b>
Carteira própria - livre	3.287.804	8.062.680	5.623.015
Vinculados a compromissos de recompra	43.006.650	36.289.543	35.886.593
Vinculados ao Banco Central		1.046	1.019
Vinculados a prestação de garantias	954.115	2.641.899	2.585.170
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>26.791.762</b>	<b>25.145.776</b>	<b>24.853.709</b>
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	26.791.762	25.145.776	24.853.709
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)</b>	<b>482.934.426</b>	<b>441.339.273</b>	<b>415.221.925</b>
Setor público	47.096.397	43.451.441	40.075.158
Setor privado	444.375.694	405.528.944	382.280.108
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.729.707	4.605.327	4.778.003
Provisão para operações de créditos	(13.267.372)	(12.246.439)	(11.911.344)
<b>OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)</b>	<b>33.221.790</b>	<b>25.565.848</b>	<b>6.134.856</b>
Diversos	33.241.970	25.594.041	6.354.648
Provisão para outros créditos	(20.180)	(28.193)	(219.792)
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.560.175</b>	<b>11.088.936</b>	<b>10.000.807</b>
<b>INVESTIMENTOS (Nota 11)</b>	<b>4.777.148</b>	<b>4.188.450</b>	<b>3.869.937</b>
Participações em coligadas e controladas:	4.403.091	3.878.686	3.582.819
No país	4.402.853	3.878.067	3.582.272
No exterior	238	619	547
Outros investimentos	689.082	499.753	486.915
Provisão para perdas	(315.025)	(189.989)	(199.797)
<b>IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)</b>	<b>3.829.359</b>	<b>3.754.040</b>	<b>3.482.421</b>
Imóveis de uso	1.511.958	1.258.361	1.063.181
Reavaliações de imóveis de uso	721.949	739.998	740.078
Outras immobilizações de uso	7.127.944	6.709.767	6.421.200
Depreciações acumuladas	(5.532.492)	(4.954.086)	(4.742.038)
<b>INTANGÍVEL (Nota 13)</b>	<b>2.953.668</b>	<b>3.146.446</b>	<b>2.648.449</b>
Ativos intangíveis	4.364.679	4.262.780	4.032.824
Amortizações acumuladas	(1.411.011)	(1.116.334)	(1.384.375)
<b>T O T A L</b>	<b>1.155.685.597</b>	<b>1.064.683.404</b>	<b>1.018.760.119</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Balanço Patrimonial Consolidado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>671.035.159</b>	<b>621.007.710</b>	<b>592.870.986</b>
<b>DEPÓSITOS (Nota 14)</b>	<b>349.644.206</b>	<b>341.467.033</b>	<b>327.303.197</b>
Depósitos à vista	24.413.556	27.013.964	24.573.919
Depósitos de poupança	234.466.371	236.836.068	228.727.162
Depósitos interfinanceiros	2.092.263	3.223.817	4.308.005
Depósitos a prazo	76.258.328	65.916.798	62.014.395
Depósitos especiais e de fundos e programas	12.413.688	8.476.386	7.679.716
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)</b>	<b>168.175.284</b>	<b>165.935.128</b>	<b>155.296.015</b>
Carteira própria	77.994.488	69.854.249	72.687.512
Carteira de terceiros	90.180.796	96.080.879	82.608.503
<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)</b>	<b>82.560.782</b>	<b>45.743.859</b>	<b>42.007.445</b>
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	82.205.472	45.743.859	42.007.445
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	355.310		
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b>	<b>2.101.515</b>	<b>335.101</b>	<b>1.764.991</b>
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.092.477	319.759	1.755.423
Correspondentes	9.038	15.342	9.568
<b>RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS</b>	<b>688.892</b>	<b>1.533.644</b>	<b>636.206</b>
Recursos em trânsito de terceiros	656.022	1.501.545	498.103
Transferências internas de recursos	32.870	32.099	138.103
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)</b>	<b>10.050.577</b>	<b>4.918.919</b>	<b>2.220.967</b>
Empréstimos no país - Outras instituições			
Empréstimos no exterior	10.050.577	4.918.919	2.220.967
<b>OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)</b>	<b>1.293.356</b>	<b>2.090.507</b>	<b>1.887.274</b>
TESOURO NACIONAL - PIS	358.316	195.885	305.104
BNDES	811.857	334.821	394.820
FGTS	121.123	1.486.099	1.185.172
Outras	2.060	73.702	2.178
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))</b>	<b>191.454</b>	<b>53.718</b>	<b>79.348</b>
Instrumentos financeiros derivativos	191.454	53.718	79.348
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)</b>	<b>56.329.093</b>	<b>58.929.801</b>	<b>61.675.543</b>
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.288.062	342.884	1.328.268
Carteira de câmbio	334.523	342.662	273.618
Sociais e estatutárias	2.114.278	1.874.197	1.759.829
Fiscais e previdenciárias	3.216.415	2.044.388	1.864.294
Negociação e intermediação de valores	576.822	70.597	97.634
Recursos para destinação específica:	10.272.677	10.107.859	8.727.209
Obrigações de operações com loterias	768.383	1.483.765	869.281
Obrigações por fundos e programas sociais	7.876.090	8.074.813	7.363.343
Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.628.204	549.281	494.585
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.035.131	1.900.636	1.178.806
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	884.398	851.580	852.085
Diversas	36.606.787	41.394.998	45.593.800
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>421.468.653</b>	<b>381.584.971</b>	<b>361.499.241</b>
<b>DEPÓSITOS (Nota 14)</b>	<b>90.381.574</b>	<b>77.578.706</b>	<b>75.453.008</b>
Depósitos interfinanceiros	450.936	440.060	430.343
Depósitos a prazo	89.930.638	77.138.646	75.022.665
<b>CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)</b>	<b>1.996.334</b>	<b>6.834.756</b>	<b>7.481.203</b>
Carteira própria	1.996.334	6.834.756	7.481.203
<b>RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)</b>	<b>84.824.606</b>	<b>92.005.218</b>	<b>82.716.782</b>
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	69.515.492	81.227.368	72.695.430
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	15.309.114	10.777.850	10.021.352
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)</b>	<b>7.329.344</b>	<b>531.120</b>	<b>1.715.280</b>
Empréstimos no exterior	7.329.344	531.120	1.715.280
<b>OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)</b>	<b>196.865.844</b>	<b>175.341.091</b>	<b>181.458.598</b>
TESOURO NACIONAL - PIS	418.998	584.695	484.726
BNDES	30.873.629	29.370.625	27.943.936
FGTS	163.216.856	143.547.345	151.477.977
Outras	2.356.361	1.838.426	1.551.959
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)</b>	<b>59.386</b>		
Repasse do exterior	59.386		
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)</b>	<b>40.011.565</b>	<b>29.294.080</b>	<b>12.674.370</b>
Fiscais e previdenciárias	132.489	144.104	147.059
Instrumentos híbridos de capital e dívida	344.306		
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	23.215.197	19.325.625	12.527.311
Diversas	16.319.573	9.824.351	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)</b>	<b>63.181.785</b>	<b>62.090.723</b>	<b>64.389.892</b>
Capital social:			
Capital de domiciliados no país	22.054.802	22.054.802	22.054.802
Capital a realizar	35.000.000	35.000.000	35.000.000
Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	36.086.566	35.867.958	35.867.958
Reservas de capital	167	167	167
Reserva de reavaliação	396.862	408.392	394.207
Reservas de lucros	6.221.877	6.873.097	3.884.084
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.786.333)	(3.113.693)	133.491
Lucros/Prejuízos Acumulados	3.207.844		2.055.183
<b>T O T A L</b>	<b>1.155.685.597</b>	<b>1.064.683.404</b>	<b>1.018.760.119</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada do Resultado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)</b>	<b>41.133.292</b>	<b>107.403.193</b>	<b>29.403.180</b>	<b>76.563.028</b>
Operações de crédito (Nota 8 (e))	23.116.621	63.875.818	17.675.360	48.104.822
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	6.493.491	23.870.018	7.208.741	20.505.265
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	2.265.725	8.284.354	1.230.566	338.095
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	2.194.000	3.129.859	759.089	519.067
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	3.041.836	8.182.548	2.364.543	6.607.226
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	21.619	60.596	164.881	488.553
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)</b>	<b>(36.570.274)</b>	<b>(92.770.635)</b>	<b>(24.480.284)</b>	<b>(60.456.737)</b>
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(23.884.488)	(60.707.253)	(16.231.198)	(40.265.145)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(6.281.682)	(14.558.945)	(3.536.688)	(8.868.317)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(280.811)	(1.798.217)	(1.432.455)	(1.613.663)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (j))	(6.123.293)	(15.706.220)	(3.279.943)	(9.709.612)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.563.018</b>	<b>14.632.558</b>	<b>4.922.896</b>	<b>16.106.291</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.540.571)</b>	<b>(13.173.898)</b>	<b>(2.704.723)</b>	<b>(10.146.014)</b>
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	4.140.517	12.089.108	3.874.505	11.097.805
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.072.655	3.052.710	845.037	2.390.036
Despesas de pessoal (Nota 24)	(4.669.373)	(14.294.014)	(4.314.592)	(12.845.199)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.935.015)	(8.565.474)	(2.817.749)	(8.125.892)
Despesas tributárias (Nota 29)	(787.779)	(2.498.437)	(728.922)	(2.180.402)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	461.751	772.399	185.737	471.957
Outras receitas operacionais (Nota 26)	2.120.369	7.609.684	3.268.194	8.238.140
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(3.943.696)	(11.339.874)	(3.016.933)	(9.192.459)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>22.447</b>	<b>1.458.660</b>	<b>2.218.173</b>	<b>5.960.277</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)</b>	<b>(212.214)</b>	<b>(464.918)</b>	<b>(124.881)</b>	<b>(410.771)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>(189.767)</b>	<b>993.742</b>	<b>2.093.292</b>	<b>5.549.506</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))</b>	<b>3.645.215</b>	<b>6.379.903</b>	<b>159.773</b>	<b>444.823</b>
Tributos correntes	(370.256)	(1.063.528)	(496.414)	(1.373.012)
Ativo fiscal diferido	5.181.552	8.514.725	763.262	1.445.108
Passivo fiscal diferido	(1.166.081)	(1.071.294)	(107.075)	372.727
<b>PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO</b>	<b>(418.408)</b>	<b>(853.379)</b>	<b>(355.086)</b>	<b>(706.883)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>3.037.040</b>	<b>6.520.266</b>	<b>1.897.979</b>	<b>5.287.446</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
<b>SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>22.054.802</b>	<b>8.000.000</b>	<b>167</b>	<b>392.929</b>	<b>2.005.496</b>	<b>2.896.900</b>	<b>23.069</b>		<b>35.373.363</b>
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 9)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							110.422		110.422
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				7.183					7.183
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(1.906)	(1.906)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(15.719)				15.719	
MUDANÇA DE ESTIMATIVA DA COTA DE DEPRECIAÇÃO				9.814				(9.814)	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(1.378.236)	(1.378.236)
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES									
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								5.287.446	5.287.446
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros) - REVERSÃO							(144.190)		(144.190)
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					169.473			(169.473)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(973.589)	(973.589)
Dividendos propostos								(89.387)	(89.387)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(37.146)	(37.146)
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>35.867.958</b>	<b>167</b>	<b>394.207</b>	<b>2.174.969</b>	<b>1.709.115</b>	<b>133.491</b>	<b>2.055.183</b>	<b>64.389.892</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>35.867.958</b>	<b>167</b>	<b>408.392</b>	<b>2.325.326</b>	<b>4.547.771</b>	<b>(3.113.693)</b>		<b>62.090.723</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1672.640)		(1672.640)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				11.596					11.596
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(15.356)	(15.356)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(21.194)				21.194	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					(1,932)
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(675.931)	(675.931)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.043.352)			(1,043,352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								6.520.266	6.520.266
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.269.494)	(1,269,494)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(980.703)	(980,703)
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>	<b>167</b>	<b>396.862</b>	<b>2.465.156</b>	<b>3.756.721</b>	<b>(4.786.333)</b>	<b>3.207.844</b>	<b>63.181.785</b>

**Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>8.000.000</b>	<b>167</b>	<b>388.622</b>	<b>2.174.969</b>	<b>1.709.115</b>	<b>(209.255)</b>	<b>2.126.099</b>	<b>36.244.519</b>
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							342.746		342.746
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVLIAÇÃO				2.750					2.750
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVLIAÇÃO								4.516	4.516
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.979)				6.979	
MUDANÇA DE ESTIMATIVA DA COTA DE DEPRECIAÇÃO				9.814				(9.814)	
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(1378.236)	(1378.236)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1897.979	1897.979
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros) - REVERSÃO									
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)									
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)									
Juros sobre o capital próprio propostos								(319.321)	(319.321)
Dividendos propostos									
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(273.019)	(273.019)
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014</b>	<b>22.054.802</b>	<b>35.867.958</b>	<b>167</b>	<b>394.207</b>	<b>2.174.969</b>	<b>1.709.115</b>	<b>133.491</b>	<b>2.055.183</b>	<b>64.389.892</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>	<b>167</b>	<b>400.031</b>	<b>2.465.156</b>	<b>3.756.721</b>	<b>(3.839.032)</b>	<b>1.599.075</b>	<b>62.523.486</b>
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(947.301)		(947.301)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVLIAÇÃO				4.177					4.177
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVLIAÇÃO								(10.324)	(10.324)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(5.414)				5.414	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVLIAÇÃO				(1932)					(1932)
DIVIDENDOS PAGOS ANTECIPADAMENTE								(675.931)	(675.931)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD									
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.037.040	3.037.040
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)									
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)									
Juros sobre o capital próprio propostos								(453.347)	(453.347)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(294.083)	(294.083)
<b>SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015</b>	<b>22.054.802</b>	<b>36.086.566</b>	<b>167</b>	<b>396.862</b>	<b>2.465.156</b>	<b>3.756.721</b>	<b>(4.786.333)</b>	<b>3.207.844</b>	<b>63.181.785</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
<b>LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO</b>	<b>5.865.232</b>	<b>18.043.159</b>	<b>6.365.347</b>	<b>17.897.964</b>
Lucro Líquido	3.037.040	6.520.266	1.897.979	5.287.446
Ajustes ao Lucro Líquido:	2.828.192	11.522.893	4.467.368	12.610.518
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(394.588)	(46.759)	(120.759)	879.181
(Ganho)/Perda em Investimentos	207.492	183.701	110.775	542.793
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado		(4.193)		
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	(2.142)	(2.197)	796.992	(4.459)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.123.293	15.706.220	3.572.649	10.002.318
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	480.791	1.219.427	209.648	628.944
Depreciações e Amortizações	418.757	1.221.508	379.880	1.102.106
Impostos Diferidos	(4.015.471)	(7.443.431)	(656.187)	(1.817.835)
Despesas com provisões para causas judiciais	374.738	1.211.810	165.482	650.788
Resultado de Participação em Coligadas	(461.751)	(772.399)	(185.737)	(471.957)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	97.073	219.785	194.625	1.098.639
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos		29.421		
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>(1.788.754)</b>	<b>(5.316.773)</b>	<b>18.150.594</b>	<b>50.925.904</b>
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(159.679)	(1.695.468)	601.909	1.457.635
(Aumento) Redução em TVM para negociação	(108.878)	(2.615.388)	196.952	(5.074.725)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(8.573.102)	(10.996.468)	(6.482.419)	(11.298.275)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(309.313)	(1.542.523)	(3.726.191)	(4.255.224)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(56.792)	(424.094)	(278.581)	(895.668)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(21.199.570)	(68.300.370)	(27.132.423)	(90.796.566)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(4.330.992)	(4.413.513)	(466.304)	5.070.349
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(273.851)	(681.001)	(918.036)	(363.543)
(Redução) Aumento em Depósitos	14.138.101	20.980.041	11.450.855	41.986.451
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(6.012.286)	(2.598.266)	16.943.452	46.287.589
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	5.101.647	29.636.311	13.686.060	40.901.233
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	117.515	137.736	(216.002)	(9.823)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.167.656	32.716.870	9.688.157	25.728.007
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	4.777.412	4.854.914	5.439.696	3.637.427
Imposto de renda e contribuição social pagos	(66.622)	(375.554)	(636.531)	(1.448.963)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>4.076.478</b>	<b>12.726.386</b>	<b>24.515.941</b>	<b>68.823.868</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	1.274.014	(2.004.064)	(171.184)	46.534
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(5.296.317)	(3.531.470)	(414.956)	(390.986)
Aquisição de investimentos			(600.000)	(600.000)
Alienação de Imobilizado de Uso	6.257	20.323	3.030	2.106
Aquisição de Imobilizado de Uso	(219.153)	(792.727)	(403.522)	(1.061.984)
Baixa de Intangível	35.733	47.200	2.646	13.410
Aquisição de Intangível	(86.769)	(374.652)	(241.333)	(626.203)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(4.286.235)</b>	<b>(6.635.390)</b>	<b>(1.825.319)</b>	<b>(2.617.123)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>				
Incorporação de remuneração de IHCD		218.608		
Dividendos complementares dos exercícios de 2013 e 2014		(1.072.773)		(1.441.901)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(453.347)	(1.269.494)	(1.970.576)	(2.812.673)
Dividendos e juros sobre capital próprio antecipados	(1.966.999)	(1.966.999)		
Remuneração IHCD paga	1.448.100			
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(972.246)</b>	<b>(4.090.658)</b>	<b>(1.970.576)</b>	<b>(4.254.574)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(1.182.003)</b>	<b>2.000.338</b>	<b>20.720.046</b>	<b>61.952.171</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA</b>				
Caixa e Equivalentes no início do Período	130.398.453	127.216.112	41.232.125	48.713.076
Caixa e Equivalentes no fim do período	129.216.450	129.216.450	61.952.171	110.665.247
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.182.003)</b>	<b>2.000.338</b>	<b>20.720.046</b>	<b>61.952.171</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração Consolidada do Valor Adicionado**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2015				2014			
	3º trimestre		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
<b>1. RECEITAS</b>	<b>42.131.325</b>		<b>113.983.557</b>		<b>33.986.092</b>		<b>88.168.625</b>	
Intermediação financeira	41.133.292		107.403.193		29.403.180		76.563.028	
Prestação de serviços com tarifas	5.213.172		15.141.818		4.719.542		13.487.841	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(6.123.293)		(15.706.220)		(3.279.943)		(9.709.612)	
Outras	1.908.154		7.144.766		3.143.313		7.827.368	
<b>2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>30.446.981</b>		<b>77.064.415</b>		<b>21.200.341</b>		<b>50.747.125</b>	
<b>3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>6.097.530</b>		<b>17.867.172</b>		<b>5.109.934</b>		<b>15.220.256</b>	
Materiais, energia e outros	678.316		1.882.053		567.859		1.652.048	
Processamento de dados e comunicações	516.612		1.528.939		517.300		1.421.075	
Propaganda, publicidade e promoções	163.801		487.573		194.972		594.001	
Serviços de terceiros e especializados	594.899		1.759.455		588.227		1.689.732	
Serviços de vigilância e segurança	200.205		590.734		224.643		670.941	
Outras	3.943.697		11.339.875		3.016.933		9.192.459	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	474.410		1.454.796		653.965		1.812.348	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	532.622		1.680.548		564.327		1.586.823	
- Descontos de operações de crédito	38.881		498.964		179.288		319.670	
- Despesas com cartão de crédito/débito	219.022		888.187		362.154		918.248	
- Benefício pós-emprego	480.791		1.219.427		166.952		610.401	
- Provisões operacionais diversas	1.514.608		3.480.409		630.546		2.600.380	
- Demais	683.363		2.117.544		459.701		1.344.589	
<b>4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>5.586.814</b>		<b>19.330.512</b>		<b>7.675.817</b>		<b>22.201.244</b>	
<b>5. RETENÇÕES</b>	<b>418.757</b>		<b>1.221.508</b>		<b>379.879</b>		<b>1.102.105</b>	
Depreciação, amortização e exaustão	418.757		1.221.508		379.879		1.102.105	
<b>6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)</b>	<b>5.168.057</b>		<b>18.109.004</b>		<b>7.295.938</b>		<b>21.099.139</b>	
<b>7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>461.751</b>		<b>772.399</b>		<b>185.737</b>		<b>471.957</b>	
Resultado da equivalência patrimonial	461.751		772.399		185.737		471.957	
<b>8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>5.629.808</b>	<b>100,00</b>	<b>18.881.403</b>	<b>100,00</b>	<b>7.481.675</b>	<b>100,00</b>	<b>21.571.096</b>	<b>100,00</b>
<b>9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>5.629.808</b>	<b>100,00</b>	<b>18.881.403</b>	<b>100,00</b>	<b>7.481.675</b>	<b>100,00</b>	<b>21.571.096</b>	<b>100,00</b>
Pessoal	4.465.681	79,32	13.228.267	70,06	4.073.847	54,45	11.775.851	54,59
- Remuneração direta	3.399.041		9.936.812		3.022.229		8.689.566	
- Benefícios	861.378		2.666.951		860.144		2.512.066	
- FGTS	205.262		624.504		191.474		574.219	
Impostos, taxas e contribuições	(2.235.337)	(39,71)	(1.962.341)	(10,39)	1.164.980	15,57	3.511.811	16,28
- Federais	(2.392.648)		(2.496.523)		1.026.753		3.078.932	
- Estaduais	65		656		102		536	
- Municipais	157.246		533.526		138.125		432.343	
Remuneração de capitais de terceiros	362.424	6,44	1.095.211	5,80	344.869	4,61	995.988	4,62
- Aluguéis	362.424		1.095.211		344.869		995.988	
Remuneração de capitais próprios	747.430	13,28	2.250.197	11,92	592.340	7,92	1.434.437	6,65
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	453.347		1.269.494		319.321		1.062.976	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	294.083		980.703		273.019		371.461	
Lucros retidos	2.289.610	40,67	4.270.069	22,62	1.305.639	17,45	3.853.009	17,86

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional .....	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas .....	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis .....	13
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa .....	23
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	23
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos .....	24
Nota 7 – Relações interfinanceiras .....	33
Nota 8 – Carteira de crédito .....	34
Nota 9 – Outros créditos .....	41
Nota 10 – Outros valores e bens .....	44
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas .....	45
Nota 12 – Imobilizado de uso .....	48
Nota 13 – Intangível .....	49
Nota 14 – Depósitos .....	50
Nota 15 – Captações no mercado aberto .....	55
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos .....	56
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses .....	58
Nota 18 – Outras obrigações .....	59
Nota 19 – Patrimônio líquido .....	64
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) .....	66
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira .....	70
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira .....	70
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias .....	71
Nota 24 – Despesas com pessoal .....	72
Nota 25 – Outras despesas administrativas .....	72
Nota 26 – Outras receitas operacionais .....	73
Nota 27 – Outras despesas operacionais .....	73
Nota 28 – Resultado não operacional .....	74
Nota 29 – Despesas tributárias .....	74
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias .....	75
Nota 31 – Partes relacionadas .....	79
Nota 32 – Benefícios a empregados .....	83
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo .....	95
Nota 34 – Outras informações .....	105

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 1 – Contexto operacional**

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

A CAIXA iniciou, ao longo deste exercício, a reestruturação societária do segmento de seguridade com a criação da empresa CAIXA Seguridade Participações S/A (“CAIXA Seguridade”) e CAIXA Holding Securitária S/A (“CAIXA Securitária”), anteriormente denominada Caixa Operadora de Seguros S/A (“CAIXA Operadora”).

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S/A – CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Securitária.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas****a) Contexto**

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 09 de novembro de 2015 e pelo Conselho de Administração em 18 de novembro de 2015.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, a partir do trimestre findo em 30 de março de 2015, a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

**b) Base de preparação e declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

**c) Consolidação**

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, que incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR e CAIXA Seguridade e sua subsidiária CAIXA Securitária, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

**(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos**

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas do trimestre findo em 30 de setembro de 2015, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação “A Origem”.

A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou impactos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 3 – Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas estão descritas a seguir:

**(a) Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

**(b) Apuração do resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

**(c) Caixa e equivalentes de caixa**

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis vencíveis até ou iguais a 90 dias.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 4.

**(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

**(e) Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

**(f) Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (e) e (f).

### (g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

### (h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

**(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)**

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em "Outros Créditos – Diversos", de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(j) Despesas antecipadas**

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

**(k) Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

**(l) Imobilizado de uso**

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

### (n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

### (o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, conforme detalhamento na Nota 15 (b).

**(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

**(q) Benefícios a empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas. Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1). Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

**(r) Outros ativos e passivos**

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

**(s) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes. Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(t) Reapresentação de Saldos Comparativos****Mudança de prática contábil – Reclassificação de despesas de títulos e valores mobiliários no exterior**

Considerando a autorização do Banco Central do Brasil para utilização de rubrica específica para o registro de despesas de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, a CAIXA procedeu a reclassificação dos montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis.

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a nova prática contábil foi aplicada de forma retrospectiva e os efeitos de sua alteração foram reconhecidos em contrapartida às linhas de resultado pertinentes, sendo os saldos comparativos recompostos para fins de apresentação dessas demonstrações contábeis.

Dessa forma, as demonstrações de resultado consolidadas do 3º trimestre de 2014 e acumulada setembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, conforme quadros a seguir:

Descrição	3º Trimestre de 2014		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
<b>RESULTADO</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	28.644.091	759.089	29.403.180
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	-	759.089	759.089
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	(23.623.095)	(857.189)	(24.480.284)
Operações de captação no mercado	(14.985.996)	(1.245.202)	(16.231.198)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(3.269.550)	(267.138)	(3.536.688)
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	(655.151)	655.151	-
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	5.020.996	(98.100)	4.922.896
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	(2.802.823)	98.100	(2.704.723)
Outras despesas operacionais	(3.115.033)	98.100	(3.016.933)
<b>Resultado operacional</b>	2.218.173	-	2.218.173
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	2.093.292	-	2.093.292
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	159.773	-	159.773
<b>Participações dos empregados no lucro</b>	(355.086)	-	(355.086)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.897.979</b>	<b>-</b>	<b>1.897.979</b>

- (1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de “Despesas da intermediação financeira” para “Receitas da intermediação financeira”, em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de 759.089 composto por (655.151) – resultado negativo de câmbio antes da reclassificação subtraído do montante de despesas de 1.414.240 (1.147.102 reclassificado para Operações de captação no mercado + 267.138 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Acumulado Setembro de 2014		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
<b>RESULTADO</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	76.043.961	519.067	76.563.028
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	-	519.067	519.067
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	(59.549.282)	(907.455)	(60.456.737)
Operações de captação no mercado	(39.150.997)	(1.114.148)	(40.265.145)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(8.719.836)	(148.481)	(8.868.317)
Resultado de câmbio <sup>(1)</sup>	(355.174)	355.174	-
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	16.494.679	(388.388)	16.106.291
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	(10.534.402)	388.388	(10.146.014)
Outras despesas operacionais	(9.580.847)	388.388	(9.192.459)
<b>Resultado operacional</b>	5.960.277	-	5.960.277
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	5.549.506	-	5.549.506
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	444.823	-	444.823
<b>Participações dos empregados no lucro</b>	(706.883)	-	(706.883)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>5.287.446</b>	<b>-</b>	<b>5.287.446</b>

- (1) O resultado de câmbio ajustado apresentado, reclassificado de "Despesas da intermediação financeira" para "Receitas da intermediação financeira", em função de ter apresentado resultado positivo após as reclassificações em epígrafe, somou o montante de 519.067 composto por (355.174) – resultado negativo de câmbio antes da reclassificação subtraído do montante de despesas de 874.241 (725.760 reclassificado para Operações de captação no mercado + 148.481 reclassificado para Operações de empréstimos, cessões e repasses).

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Total de disponibilidades (caixa)</b>	<b>10.614.407</b>	<b>13.242.976</b>	<b>13.335.393</b>
Disponibilidade em moeda nacional	7.438.308	8.572.363	7.230.897
Disponibilidade em moeda estrangeira	3.176.099	4.670.613	6.104.496
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)</b>	<b>118.602.043</b>	<b>113.973.136</b>	<b>97.329.854</b>
<b>Total</b>	<b>129.216.450</b>	<b>127.216.112</b>	<b>110.665.247</b>

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

**Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez**

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Aplicações no mercado aberto - posição bancada</b>	<b>27.817.125</b>	-	-	<b>27.817.125</b>	<b>17.956.455</b>	<b>14.413.975</b>
Letras financeiras do tesouro	7.543.850	-	-	7.543.850	-	167.803
Letras do tesouro nacional	19.573.275	-	-	19.573.275	17.862.468	9.993.590
Notas do tesouro nacional	700.000	-	-	700.000	93.987	4.252.582
<b>Aplicações no mercado aberto - posição financiada</b>	<b>90.784.918</b>	-	-	<b>90.784.918</b>	<b>96.110.668</b>	<b>82.915.879</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	6.878.300	-
Letras do tesouro nacional	20.878.896	-	-	20.878.896	34.770.744	35.392.341
Notas do tesouro nacional	69.906.022	-	-	69.906.022	54.461.624	47.523.538
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>7.703.173</b>	-	<b>620.099</b>	<b>8.323.272</b>	<b>6.533.817</b>	<b>6.214.038</b>
Depósitos interfinanceiros	6.610.368	-	-	6.610.368	5.975.649	5.757.242
Depósitos interfinanceiros - crédito rural (1)	1.092.811	-	620.099	1.712.910	559.305	457.265
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(6)	-	-	(6)	(1.137)	(469)
<b>Total - ativo circulante</b>	<b>126.305.216</b>	-	<b>620.099</b>	<b>126.925.315</b>	<b>120.600.940</b>	<b>103.543.892</b>

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED no montante de R\$ 150.169 em 30/09/2014 – R\$ 151.283 em 31/12/2014, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

**(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez**

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>Rendas de aplicações no mercado aberto</b>	<b>4.096.738</b>	<b>11.880.622</b>	<b>3.566.051</b>	<b>8.270.973</b>
Posição bancada	1.120.405	3.032.290	615.129	1.233.650
Posição financiada	2.976.333	8.848.332	2.950.922	7.037.323
<b>Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>249.683</b>	<b>632.391</b>	<b>148.111</b>	<b>438.815</b>
<b>Total</b>	<b>4.346.421</b>	<b>12.513.013</b>	<b>3.714.162</b>	<b>8.709.788</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**
**(a) Composição**

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
<b>Títulos públicos – Brasil</b>	<b>61.349.072</b>	<b>76.629.520</b>	<b>14.367.043</b>	<b>1.129</b>	-	<b>152.346.764</b>
Letras financeiras do tesouro	3.321.448	41.808	-	-	-	3.363.256
Letras do tesouro nacional	46.673.931	44.150.921	14.364.648	1.129	-	105.190.629
Notas do tesouro nacional	11.347.063	32.436.791	2.395	-	-	43.786.249
Tesouro nacional/ securitização	6.630	-	-	-	-	6.630
<b>Títulos – empresas</b>	<b>9.295.036</b>	<b>7.909.155</b>	-	-	-	<b>17.204.191</b>
Debêntures	353.173	7.465.740	-	-	-	7.818.913
Nota promissória	310.122	-	-	-	-	310.122
Letras de crédito imobiliário	80.133	-	-	-	-	80.133
Letras financeiras	137.692	-	-	-	-	137.692
Cotas de fundos	176.762	-	-	-	-	176.762
Certificado de recebíveis imobiliários	337.365	443.415	-	-	-	780.780
Ações	7.899.789	-	-	-	-	7.899.789
<b>Outros</b>	-	-	-	-	<b>4.966.643</b>	<b>4.966.643</b>
<b>Total em 30/09/2015</b>	<b>70.644.108</b>	<b>84.538.675</b>	<b>14.367.043</b>	<b>1.129</b>	<b>4.966.643</b>	<b>174.517.598</b>
<b>Total em 31/12/2014</b>	<b>84.207.509</b>	<b>77.441.546</b>	<b>5.436.818</b>	<b>1.046</b>	<b>905.638</b>	<b>167.992.557</b>
<b>Total em 30/09/2014</b>	<b>81.369.516</b>	<b>81.309.724</b>	<b>4.854.408</b>	<b>1.019</b>	<b>403.975</b>	<b>167.938.642</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Classificação da carteira por prazo**

Posição em 30/09/2015	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
<b>Títulos públicos</b>	156.298.373	(3.947.285)	(4.324)	152.346.764	148.637.494	-	14.198.537	10.852.144	24.099.491	103.196.592
Letras financeiras do tesouro	3.360.304	2.952	-	3.363.256	3.363.256	-	-	-	-	3.363.256
Letras do tesouro nacional	108.640.830	(3.450.201)	-	105.190.629	104.820.728	-	14.188.375	10.852.142	24.099.491	56.050.621
Notas do tesouro nacional	44.287.319	(500.036)	(1.034)	43.786.249	40.446.880	-	10.162	2	-	43.776.085
Tesouro nacional/securitização	9.920	-	(3.290)	6.630	6.630	-	-	-	-	6.630
<b>Títulos – empresas</b>	18.370.578	(66.961)	(1.099.426)	17.204.191	17.190.625	8.076.551	-	204.982	113.529	8.809.129
Debêntures	7.936.937	(66.944)	(51.080)	7.818.913	7.818.913	-	-	-	8.389	7.810.524
Nota promissória	308.197	-	1.925	310.122	310.122	-	-	204.982	105.140	-
Letras de crédito imobiliário	79.998	-	135	80.133	80.133	-	-	-	-	80.133
Letras financeiras	137.432	-	260	137.692	137.692	-	-	-	-	137.692
Cotas de fundos	176.762	-	-	176.762	176.762	176.762	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	841.497	(17)	(60.700)	780.780	767.214	-	-	-	-	780.780
Ações	8.889.755	-	(989.966)	7.899.789	7.899.789	7.899.789	-	-	-	-
<b>Total – TVM</b>	<b>174.668.951</b>	<b>(4.014.246)</b>	<b>(1.103.750)</b>	<b>169.550.955</b>	<b>165.828.119</b>	<b>8.076.551</b>	<b>14.198.537</b>	<b>11.057.126</b>	<b>24.213.020</b>	<b>112.005.721</b>
Para negociação (3)	104.313.324	(4.014.246)	-	100.299.078	100.299.078	16.895	12.189.063	5.922.864	17.413.104	64.757.152
Disponíveis para venda	17.536.043	-	(1.103.750)	16.432.293	16.432.293	8.059.656	-	204.982	113.529	8.054.126
Mantidos até o vencimento (4)	52.819.584	-	-	52.819.584	49.096.748	-	2.009.474	4.929.280	6.686.387	39.194.443
<b>Instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>4.966.643</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.966.643</b>	<b>4.966.643</b>	<b>-</b>	<b>687.171</b>	<b>418.799</b>	<b>369.544</b>	<b>3.491.129</b>
<b>Total – TVM e derivativos</b>	<b>179.635.594</b>	<b>(4.014.246)</b>	<b>(1.103.750)</b>	<b>174.517.598</b>	<b>170.794.762</b>	<b>8.076.551</b>	<b>14.885.708</b>	<b>11.475.925</b>	<b>24.582.564</b>	<b>115.496.850</b>

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (234.770) - 31/12/2014 – (732.450) e 30/09/2014 – 21.044; líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

**(c.1) Categoria I - Títulos para negociação**

Descrição	30/09/2015						31/12/2014			30/09/2014				
	Sem venc.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	12.189.063	5.922.864	17.413.104	63.905.450	103.377.766	(3.947.285)	99.430.481	102.237.348	(1.572.172)	100.665.176	102.182.969	(1.172.846)	101.010.123
LFT	-	-	-	-	3.363.256	3.360.304	2.952	3.363.256	338.741	181	338.922	11.736	-	11.736
LTN	-	12.189.063	5.922.864	17.413.104	50.636.530	89.611.762	(3.450.201)	86.161.561	99.292.197	(1.563.359)	97.728.838	102.058.332	(1.171.090)	100.887.242
NTN	-	-	-	-	9.905.664	10.405.700	(500.036)	9.905.664	2.606.410	(8.994)	2.597.416	112.901	(1.756)	111.145
<b>Títulos - empresas</b>	16.895	-	-	-	851.702	935.558	(66.961)	868.597	988.398	44.362	1.032.760	1.633.546	150.007	1.783.553
Debêntures	-	-	-	-	850.490	917.434	(66.944)	850.490	967.040	44.346	1.011.386	1.610.595	149.986	1.760.581
Cotas de fundos	16.895	-	-	-	-	16.895	-	16.895	19.596	-	19.596	20.915	-	20.915
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.212	1.229	(17)	1.212	1.762	16	1.778	2.036	21	2.057
<b>Total</b>	16.895	12.189.063	5.922.864	17.413.104	64.757.152	104.313.324	(4.014.246)	100.299.078	103.225.746	(1.527.810)	101.697.936	103.816.515	(1.022.839)	102.793.676

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda**

Descrição	30/09/2015								31/12/2014			30/09/2014		
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
<b>Títulos públicos</b>	-	-	-	-	170.117	174.441	(4.324)	170.117	16.976	(947)	16.029	18.270	(1.322)	16.948
NTN	-	-	-	-	163.487	164.521	(1.034)	163.487	4.886	2.397	7.283	4.674	2.446	7.120
Tesouro nacional/ securitizados	-	-	-	-	6.630	9.920	(3.290)	6.630	12.090	(3.344)	8.746	13.596	(3.768)	9.828
<b>Títulos – empresas</b>	<b>8.059.656</b>	-	<b>204.982</b>	<b>113.529</b>	<b>7.884.009</b>	<b>17.361.602</b>	<b>(1.099.426)</b>	<b>16.262.176</b>	<b>17.899.570</b>	<b>(1.814.730)</b>	<b>16.084.840</b>	<b>17.571.815</b>	<b>36.395</b>	<b>17.608.210</b>
Debêntures	-	-	-	8.389	6.960.034	7.019.503	(51.080)	6.968.423	6.906.485	(15.497)	6.890.988	6.526.472	(49.196)	6.477.276
Nota promissória	-	-	204.982	105.140	-	308.197	1.925	310.122	-	-	-	-	-	-
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	80.133	79.998	135	80.133	259.069	27	259.096	389.716	59	389.775
Letras financeiras	-	-	-	-	137.692	137.432	260	137.692	219.038	36	219.074	229.781	39	229.820
Cotas de fundos	159.867	-	-	-	-	159.867	-	159.867	435.664	-	435.664	462.632	-	462.632
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	706.150	766.850	(60.700)	706.150	784.097	79.377	863.474	577.219	8.527	585.746
Ações (2)	7.899.789	-	-	-	-	8.889.755	(989.966)	7.899.789	9.295.217	(1.878.673)	7.416.544	9.385.995	76.966	9.462.961
<b>Total</b>	<b>8.059.656</b>	-	<b>204.982</b>	<b>113.529</b>	<b>8.054.126</b>	<b>17.536.043</b>	<b>(1.103.750)</b>	<b>16.432.293</b>	<b>17.916.546</b>	<b>(1.815.677)</b>	<b>16.100.869</b>	<b>17.590.085</b>	<b>35.073</b>	<b>17.625.158</b>

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (234.770) em 30/09/2015; 31/12/2014 – (732.450); 30/09/2014 – 21.044; líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2015, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 186.387.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento**

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	30/09/2015					31/12/2014		30/09/2014		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
<b>Títulos públicos</b>	<b>2.009.474</b>	<b>4.929.280</b>	<b>6.686.387</b>	<b>39.121.025</b>	<b>52.746.166</b>	<b>49.036.897</b>	<b>49.144.587</b>	<b>49.159.865</b>	<b>46.929.033</b>	<b>47.240.650</b>
LTN	1.999.312	4.929.278	6.686.387	5.414.091	19.029.068	18.659.166	14.276.641	14.152.869	12.812.627	12.751.163
NTN	10.162	2	-	33.706.934	33.717.098	30.377.731	34.867.946	35.006.996	34.116.406	34.489.487
<b>Títulos - empresas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>73.418</b>	<b>73.418</b>	<b>59.851</b>	<b>143.527</b>	<b>142.016</b>	<b>186.800</b>	<b>186.800</b>
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	73.418	73.418	59.851	143.527	142.016	186.800	186.800
<b>Total</b>	<b>2.009.474</b>	<b>4.929.280</b>	<b>6.686.387</b>	<b>39.194.443</b>	<b>52.819.584</b>	<b>49.096.748</b>	<b>49.288.114</b>	<b>49.301.881</b>	<b>47.115.833</b>	<b>47.427.450</b>

**(d) Resultado com títulos e valores mobiliários**

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Ativos financeiros mantidos para negociação	130.098	4.940.634	2.072.022	6.709.062
Ativos financeiros disponíveis para venda	538.987	1.316.974	309.070	1.118.300
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.475.996	5.097.577	1.112.684	3.972.144
Outros	1.989	1.820	803	(4.029)
<b>Total</b>	<b>2.147.070</b>	<b>11.357.005</b>	<b>3.494.579</b>	<b>11.795.477</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Instrumentos financeiros derivativos**

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

**(f) Hedge Contábil**

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas, das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA e a partir de setembro de 2015 dos contratos de empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62.

O hedge contábil das emissões externas e dos empréstimos baseados na Lei nº 4.131/62 tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL									
Estruturas	30/09/2015			31/12/2014			30/09/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões Externas	8.609.541	3.026.099	14.325.049	4.943.633	739.273	6.390.881	4.276.580	343.658	5.190.928
Empréstimos 4.131	10.003.200	1.852.256	12.737.015	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	1.010.660	(103.165)	1.261.808	898.460	(45.676)	1.013.536	898.460	(20.783)	982.876
<b>Total</b>	<b>19.623.401</b>	<b>4.775.190</b>	<b>28.323.872</b>	<b>5.842.093</b>	<b>693.597</b>	<b>7.404.417</b>	<b>5.175.040</b>	<b>322.875</b>	<b>6.173.804</b>

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL							
Vencimento	30/09/2015			31/12/2014		30/09/2014	
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras	Emissões Externas	Letras Financeiras
2014	-	-	-	-	-	79.410	-
2015	148.047	1.158.048	-	197.998	-	153.751	-
2016	413.232	2.867.641	-	188.617	-	147.443	-
2017	2.161.629	3.066.006	175.000	1.952.430	95.000	1.913.888	95.000
2018	958.578	2.911.506	16.500	124.083	6.500	87.837	6.500
2019	4.147.737	-	10.150	1.700.187	10.150	1.113.931	10.150
2020	30.805	-	11.360	30.805	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	10.000	29.717	10.000
2022	719.797	-	-	719.797	-	719.797	-
2023	-	-	562.000	-	562.000	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	203.450	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>8.609.542</b>	<b>10.003.201</b>	<b>1.010.660</b>	<b>4.943.634</b>	<b>898.460</b>	<b>4.276.579</b>	<b>898.460</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:**

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber (Recebido) / A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res. / PL)	Valor Patrimonial		
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014			30/09/2015	30/09/2015	30/09/2015
<b>Contratos de futuros</b>								
<b>Compromissos de compra</b>	-	-	222.549	-	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	-	-	222.549	-	-	-	-	-
Cupom cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Compromissos de venda</b>	<b>91.191.863</b>	<b>99.146.777</b>	<b>63.414.326</b>	-	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	91.070.949	99.066.737	63.352.662	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	120.914	80.040	61.664	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Swaps</b>								
<b>Posição ativa</b>	<b>19.623.401</b>	<b>8.715.390</b>	<b>7.568.995</b>	<b>6.750.638</b>	<b>(1.783.995)</b>	<b>4.966.643</b>	<b>905.638</b>	<b>403.975</b>
Índices	1.010.660	898.571	898.571	41.973	(41.626)	347	189	712
Moeda estrangeira	18.612.741	7.816.819	6.670.424	6.708.665	(1.742.369)	4.966.296	905.449	403.263
<b>Posição passiva</b>	<b>19.623.401</b>	<b>8.715.390</b>	<b>7.568.995</b>	<b>10.496</b>	<b>180.958</b>	<b>191.454</b>	<b>53.718</b>	<b>79.348</b>
Índices	1.010.660	898.571	898.571	135	103.377	103.512	46.213	21.826
Moeda estrangeira	18.612.741	7.816.819	6.670.424	10.361	77.581	87.942	7.505	57.522

**(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:**

Descrição	30/09/2015							31/12/2014	30/09/2014
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido) / A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result. / Patrimônio Líquido)	Valor Patrim.	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
<b>Posição Ativa:</b>									
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Receber</b>	<b>6.750.638</b>	<b>(1.783.995)</b>	<b>4.966.643</b>	<b>687.171</b>	<b>418.799</b>	<b>369.544</b>	<b>3.491.129</b>	<b>905.638</b>	<b>403.975</b>
BM&FBOVESPA	41.973	(41.626)	347	-	-	-	347	189	712
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	905.449	-
Inst. Financeiras	6.708.665	(1.742.369)	4.966.296	687.171	418.799	369.544	3.490.782	-	403.263
<b>Posição Passiva:</b>									
<b>Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar</b>	<b>10.496</b>	<b>180.958</b>	<b>191.454</b>		<b>122</b>	<b>428</b>	<b>190.904</b>	<b>53.718</b>	<b>79.348</b>
BM&FBOVESPA	135	103.377	103.512	-	-	-	103.512	45.866	21.494
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	347	332
Inst. Financeiras	10.361	77.581	87.942	-	122	428	87.392	7.505	57.522

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:**

Descrição	30/09/2015					31/12/2014	30/09/2014
	01 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>Contas de Compensação/ Valor Referencial</b>							
Contratos futuros	12.317.017	3.157.207	15.361.528	60.356.111	91.191.863	99.146.777	63.636.875
Contratos de Swaps	1.306.095	1.519.753	1.128.188	15.669.365	19.623.401	8.715.390	7.568.995

**(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:**

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Swap	2.835.354	4.226.497	581.596	153.318
Futuro	3.430.371	4.057.857	648.970	184.777
<b>Total realizado</b>	<b>6.265.725</b>	<b>8.284.354</b>	<b>1.230.566</b>	<b>338.095</b>

**(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias**

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Títulos públicos</b>	<b>14.368.172</b>	<b>5.437.864</b>	<b>4.855.427</b>
Notas do tesouro nacional	2.395	2.543	2.486
Letras do tesouro nacional	14.365.777	5.428.684	4.846.011
Letras financeiras do tesouro	-	6.637	6.930

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 7 – Relações interfinanceiras**

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.472.684	5.386.280	6.342.953
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	54.466.369	47.223.375	45.814.974
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	19.640.813	7.207.801	13.136.912
Compulsório adicional	Taxa SELIC	24.761.734	33.527.676	32.191.956
<b>Total</b>		<b>104.341.600</b>	<b>93.345.132</b>	<b>97.486.795</b>

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>FGTS a ressarcir</b>	<b>81.495</b>	<b>85.207</b>	<b>81.359</b>
<b>FCVS a receber</b>	<b>29.401.409</b>	<b>28.028.495</b>	<b>28.076.269</b>
Não habilitados (1)	1.806.768	2.053.613	2.011.137
Habilitados e não homologados (2)	9.635.706	9.274.758	9.347.663
Habilitados e homologados (3)	17.958.935	16.700.124	16.717.469
<b>Provisão FCVS a receber</b>	<b>(2.691.142)</b>	<b>(2.967.926)</b>	<b>(3.303.919)</b>
<b>Total (líquido de provisão)</b>	<b>26.791.762</b>	<b>25.145.776</b>	<b>24.853.709</b>

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

**(c) Resultado das aplicações compulsórias**

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	2º trimestre	Acumulado setembro
Créditos vinculados ao BACEN	2.425.240	6.534.680	1.941.988	5.373.936
Créditos vinculados ao SFH	616.596	1.647.868	422.555	1.233.290
<b>Total</b>	<b>3.041.836</b>	<b>8.182.548</b>	<b>2.364.543</b>	<b>6.607.226</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 8 – Carteira de crédito**
**(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco**

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Operações de crédito</b>	<b>293.671.668</b>	<b>120.698.698</b>	<b>99.986.186</b>	<b>79.295.807</b>	<b>27.923.906</b>	<b>7.385.030</b>	<b>5.956.623</b>	<b>3.205.681</b>	<b>16.815.897</b>	<b>654.939.496</b>	<b>597.108.812</b>	<b>568.696.369</b>
Empréstimos e títulos descontados	16.705.503	37.364.358	45.413.160	32.460.439	7.672.614	2.859.398	1.685.380	1.383.819	6.803.974	152.348.645	150.624.839	150.793.866
Financiamentos	12.414.750	12.318.575	3.717.637	4.504.808	4.208.548	1.746.438	1.172.580	950.630	4.594.467	45.628.433	39.894.998	36.487.202
Financiamentos rurais e agroindustriais	901.725	1.908.996	2.363.947	1.613.293	544.313	89.513	54.244	23.191	98.213	7.597.435	4.915.019	4.172.557
Financiamentos imobiliários	222.632.720	48.681.721	43.657.978	36.450.453	15.010.948	1.746.918	1.334.834	844.230	5.308.339	375.668.141	339.838.641	320.627.865
Financiamentos de infraestrutura	41.016.970	15.110.826	4.729.254	4.213.364	472.909	935.454	1.704.403	-	-	68.183.180	56.481.914	51.070.748
Cessão de créditos	-	5.314.222	104.210	53.450	14.574	7.309	5.182	3.811	10.904	5.513.662	5.353.401	5.544.131
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	<b>2.761.194</b>	<b>5.442.071</b>	<b>1.227.962</b>	<b>942.929</b>	<b>356.943</b>	<b>182.826</b>	<b>34.557</b>	<b>24.752</b>	<b>142.794</b>	<b>11.116.028</b>	<b>9.820.919</b>	<b>7.727.217</b>
Cartão de crédito	747.329	4.455.470	399.764	448.870	175.167	56.059	27.095	19.114	104.759	6.433.627	7.171.685	6.574.742
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	2.013.865	767.205	685.113	415.181	43.785	40.849	7.372	5.467	9.812	3.988.649	1.906.534	-
Créditos adquiridos (2)	-	219.396	122.962	77.951	129.282	85.621	-	-	-	635.212	684.730	1.099.980
Diversos	-	-	20.123	927	8.709	297	90	171	28.223	58.540	57.970	52.495
<b>Total</b>	<b>296.432.862</b>	<b>126.140.769</b>	<b>101.214.148</b>	<b>80.238.736</b>	<b>28.280.849</b>	<b>7.567.856</b>	<b>5.991.180</b>	<b>3.230.433</b>	<b>16.958.691</b>	<b>666.055.524</b>	<b>606.929.731</b>	<b>576.423.586</b>
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(11.207)	(642.285)	(1.101.042)	(2.621.761)	(3.063.248)	(2.413.971)	(2.995.591)	(2.261.302)	(16.958.691)	(32.069.098)	(26.806.599)	(26.056.862)
<b>Total líq. de provisões</b>	<b>296.421.655</b>	<b>125.498.484</b>	<b>100.113.106</b>	<b>77.616.975</b>	<b>25.217.601</b>	<b>5.153.885</b>	<b>2.995.589</b>	<b>969.131</b>	<b>-</b>	<b>633.986.426</b>	<b>580.123.132</b>	<b>550.366.724</b>

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Provisão regulamentar</b>	-	(630.714)	(1.012.142)	(2.407.163)	(2.828.084)	(2.270.355)	(2.995.590)	(2.261.302)	(16.958.691)	(31.364.041)	(26.806.599)	(26.056.862)
<b>Operações de crédito</b>	-	(603.494)	(999.862)	(2.378.875)	(2.792.390)	(2.215.507)	(2.978.312)	(2.243.976)	(16.815.897)	(31.028.313)	(26.520.347)	(25.764.156)
Empréstimos e títulos descontados	-	(186.822)	(454.132)	(973.813)	(767.261)	(857.820)	(842.690)	(968.673)	(6.803.975)	(11.855.186)	(10.116.900)	(10.351.602)
Financiamentos	-	(61.593)	(37.176)	(135.144)	(420.855)	(523.932)	(586.290)	(665.441)	(4.594.467)	(7.024.898)	(5.560.415)	(4.594.889)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(9.545)	(23.639)	(48.399)	(54.431)	(26.854)	(27.122)	(16.233)	(98.213)	(304.436)	(135.587)	(83.768)
Financiamentos imobiliários	-	(243.409)	(436.580)	(1.093.514)	(1.501.095)	(524.072)	(667.417)	(590.961)	(5.308.338)	(10.365.386)	(10.208.721)	(10.262.340)
Financiamentos de infraestrutura	-	(75.554)	(47.293)	(126.401)	(47.291)	(280.636)	(852.202)			(1.429.377)	(481.332)	(430.116)
Cessão de créditos	-	(26.571)	(1.042)	(1.604)	(1.457)	(2.193)	(2.591)	(2.668)	(10.904)	(49.030)	(17.392)	(41.441)
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	-	(27.220)	(12.280)	(28.288)	(35.694)	(54.848)	(17.278)	(17.326)	(142.794)	(335.728)	(286.252)	(292.706)
Cartão de crédito	-	(22.287)	(3.998)	(13.466)	(17.517)	(16.818)	(13.548)	(13.380)	(104.757)	(205.771)	(229.054)	(215.164)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(3.836)	(6.851)	(12.455)	(4.378)	(12.255)	(3.685)	(3.827)	(9.812)	(57.099)	-	-
Créditos adquiridos	-	(1.097)	(1.230)	(2.339)	(12.928)	(25.686)				(43.280)	(52.631)	(49.373)
Diversos	-		(201)	(28)	(871)	(89)	(45)	(119)	(28.225)	(29.578)	(4.567)	(28.169)
<b>Provisão complementar (1)</b>	(11.207)	(11.571)	(88.900)	(214.598)	(235.164)	(143.616)	(1)	-	-	(705.057)	-	-
<b>Operações de crédito</b>	(11.074)	(11.447)	(87.292)	(209.778)	(231.128)	(142.228)	(1)	-	-	(692.948)	-	-
Empréstimos e títulos descontados	(7.298)	(7.321)	(56.244)	(160.715)	(190.159)	(104.028)	(1)	-	-	(525.766)	-	-
Financiamentos	(2.435)	(1.869)	(11.094)	(31.622)	(38.499)	(38.164)	-	-	-	(123.683)	-	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	(244)	(290)	(2.511)	(9.514)	(1.754)	(35)	-	-	-	(14.348)	-	-
Financiamentos imobiliários	(1.097)	(1.967)	(17.443)	(7.927)	(716)	(1)	-	-	-	(29.151)	-	-
<b>Outros créditos c/ característica de concessão de crédito</b>	(133)	(124)	(1.608)	(4.820)	(4.036)	(1.388)	0	-	-	(12.109)	-	-
Cartão de crédito	(69)	(70)	(552)	(1.993)	(2.422)	(1.388)	-	-	-	(6.494)	-	-
Adiantamento de contratos de câmbio	(61)	(49)	(1.020)	(2.719)	(1.204)	-	-	-	-	(5.053)	-	-
Diversos	(3)	(5)	(36)	(108)	(410)	-	-	-	-	(562)	-	-
<b>Total Provisão</b>	(11.207)	(642.285)	(1.101.042)	(2.621.761)	(3.063.248)	(2.413.971)	(2.995.591)	(2.261.302)	(16.958.691)	(32.069.098)	(26.806.599)	(26.056.862)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco**

Com relação ao montante de crédito nos cursos Normal e Anormal (Notas 8 (c1) e (c2)), destaca-se alteração no critério de classificação. Conforme parágrafo 1º do art. 4º da Resolução 2.682/1999, admite-se a contagem dos períodos de atraso em dobro para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses. Os valores de 31/12/2014 e 30/09/2014 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

**(c.1) Operações de crédito em Curso normal**

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2015	31/12/2014 (1)	30/09/2014 (1)
01 a 30 dias	4.658.939	8.777.461	4.041.712	3.310.686	866.628	226.335	1.783.212	59.556	340.576	24.065.105	23.424.577	22.145.154
31 a 60 dias	3.367.418	4.511.929	2.447.956	1.900.230	553.376	130.565	45.255	34.100	206.216	13.197.045	12.653.054	13.071.928
61 a 90 dias	3.881.564	4.063.586	2.519.690	1.860.818	511.029	115.731	39.081	31.341	185.910	13.208.750	11.585.191	12.502.666
91 a 180 dias	9.429.729	10.090.742	6.845.160	5.045.515	1.456.453	300.335	104.427	80.397	496.708	33.849.466	32.379.962	30.458.686
181 a 360 dias	19.043.300	14.643.593	11.997.130	9.198.416	2.429.707	452.363	121.590	92.465	603.764	58.582.328	49.364.793	49.566.012
Acima de 360 dias	256.051.912	84.053.458	63.757.518	45.935.293	11.181.230	2.227.138	504.743	344.972	3.397.443	467.453.707	425.565.299	400.252.126
<b>Total</b>	<b>296.432.862</b>	<b>126.140.769</b>	<b>91.609.166</b>	<b>67.250.958</b>	<b>16.998.423</b>	<b>3.452.467</b>	<b>2.598.308</b>	<b>642.831</b>	<b>5.230.617</b>	<b>610.356.401</b>	<b>554.972.876</b>	<b>527.996.572</b>

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal**

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/09/2015	31/12/2014 (1)	30/09/2014 (1)
<b>Parcelas vencidas</b>	-	-	<b>708.466</b>	<b>1.615.345</b>	<b>2.144.971</b>	<b>2.191.506</b>	<b>2.081.577</b>	<b>1.751.338</b>	<b>8.589.557</b>	<b>19.082.760</b>	<b>14.335.953</b>	<b>14.224.809</b>
01 a 30 dias	-	-	588.218	277.530	187.059	68.611	38.139	24.057	105.089	1.288.703	1.052.117	1.365.522
31 a 60 dias	-	-	120.248	695.078	247.584	105.725	54.696	33.414	186.505	1.443.250	1.410.621	947.639
61 a 90 dias	-	-	-	371.992	1.129.230	398.008	179.203	102.852	550.962	2.732.247	2.531.099	2.295.520
91 a 180 dias	-	-	-	270.745	581.032	1.226.976	1.413.775	1.203.029	1.905.125	6.600.682	4.285.324	4.494.485
181 a 360 dias	-	-	-	-	66	392.186	395.764	387.986	5.306.018	6.482.020	4.723.868	4.833.172
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	535.858	535.858	332.924	288.471
<b>Parcelas vincendas</b>	-	-	<b>8.896.516</b>	<b>11.372.433</b>	<b>9.137.455</b>	<b>1.923.883</b>	<b>1.311.295</b>	<b>836.264</b>	<b>3.138.517</b>	<b>36.616.363</b>	<b>35.714.368</b>	<b>34.202.205</b>
01 a 30 dias	-	-	179.666	294.089	169.090	46.016	28.546	17.657	76.590	811.654	739.978	679.856
31 a 60 dias	-	-	159.293	213.949	131.488	42.128	27.311	16.600	69.968	660.737	622.500	591.856
61 a 90 dias	-	-	157.055	210.887	129.993	42.392	27.140	16.521	68.667	652.655	613.587	578.943
91 a 180 dias	-	-	448.295	598.329	372.863	119.335	77.264	47.002	194.786	1.857.874	1.770.160	1.660.443
181 a 360 dias	-	-	807.729	1.036.982	687.816	214.934	142.608	85.035	347.971	3.323.075	3.244.347	3.080.198
Acima de 360 dias	-	-	7.144.478	9.018.197	7.646.205	1.459.078	1.008.426	653.449	2.380.535	29.310.368	28.723.796	27.610.909
<b>Total</b>	-	-	<b>9.604.982</b>	<b>12.987.778</b>	<b>11.282.426</b>	<b>4.115.389</b>	<b>3.392.872</b>	<b>2.587.602</b>	<b>11.728.074</b>	<b>55.699.123</b>	<b>50.050.321</b>	<b>48.427.014</b>

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade**

Descrição	30/09/2015	31/12/2014 (1)	30/09/2014 (1)
<b>SETOR PÚBLICO</b>	<b>52.073.227</b>	<b>47.934.072</b>	<b>45.925.078</b>
Administração direta	27.031.000	25.215.734	24.232.189
Administração indireta – petroquímico	11.578.458	11.269.806	11.476.136
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	3.881.188	3.863.358	3.714.040
Administração indireta – outros	9.582.581	7.585.174	6.502.713
<b>SETOR PRIVADO</b>	<b>613.982.297</b>	<b>557.089.125</b>	<b>530.498.508</b>
<b>PESSOA JURÍDICA</b>	<b>134.836.930</b>	<b>122.272.415</b>	<b>116.750.457</b>
Comércio varejista	24.986.229	25.626.361	25.555.361
Construção civil	16.942.415	15.104.225	14.115.449
Siderurgia e metalurgia	9.620.853	9.615.257	9.587.897
Energia elétrica	11.737.337	9.655.847	9.023.955
Serviços financeiros	6.369.158	5.840.081	4.951.018
Outras indústrias	8.143.475	8.442.422	8.056.041
Transporte	9.776.936	9.038.161	7.865.552
Agronegócio e extrativismo	5.022.575	3.688.586	3.548.850
Comércio atacadista	7.277.427	5.872.840	5.681.770
Saúde	3.771.401	3.647.364	3.482.442
Saneamento e infraestrutura	5.205.463	3.518.471	3.982.505
Petroquímico	2.312.506	2.321.577	2.198.584
Têxtil	2.258.247	2.106.974	2.093.081
Comunicação	1.534.234	1.564.542	1.599.605
Alimentação	2.402.276	1.924.034	1.915.073
Serviços pessoais	366.121	375.437	375.146
Outros serviços	17.110.277	13.930.236	12.718.128
<b>PESSOA FÍSICA</b>	<b>479.145.367</b>	<b>434.816.710</b>	<b>413.748.051</b>
<b>Total</b>	<b>666.055.524</b>	<b>605.023.197</b>	<b>576.423.586</b>

(1) Não inclui os adiantamentos sobre contratos de câmbio.

**(e) Receitas de operação de crédito**

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	11.726.601	33.342.169	9.652.340	26.357.139
Financiamentos rurais e agroindustriais	109.687	274.451	47.956	108.269
Financiamentos imobiliários	9.098.012	24.981.431	6.892.577	18.978.880
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	2.178.992	5.270.996	1.080.690	2.655.294
Outros créditos	3.329	6.771	1.797	5.240
<b>Total</b>	<b>23.116.621</b>	<b>63.875.818</b>	<b>17.675.360</b>	<b>48.104.822</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros**

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

**(f.1) Carteiras cedidas**

No decorrer do período de 2015 foram realizadas cessões onerosas de crédito conforme quadro abaixo:

Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Valor recebido
Renova Securitizadora S/A. (1º trimestre)	27.569	1.318.061	1.345.630	64.329
Renova Securitizadora S/A. (2º trimestre)	935.040	4.925.126	5.860.166	145.904
Ativos S/A (2º trimestre)	355.044	721.611	1.076.655	26.303
Omni S/A (3º trimestre)	145.748	2.148.011	2.293.759	69.958
<b>Total</b>	<b>1.463.401</b>	<b>9.112.809</b>	<b>10.576.210</b>	<b>306.494</b>

Resultado com cessão de carteiras				
Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>Receitas com vendas ou transferência de carteiras</b>	<b>344.082</b>	<b>2.099.379</b>	<b>1.416.728</b>	<b>1.597.592</b>
<b>Valor recuperado prejuízo (1)</b>	<b>65.515</b>	<b>307.373</b>	<b>399.404</b>	<b>399.404</b>
Ativos S/A	-	29.009	-	-
EMGEA	-	-	399.404	399.404
Omni S/A	65.515	65.515	-	-
Renova Companhia Securitizadora S/A	-	212.849	-	-
<b>Reversão de provisão (1)</b>	<b>145.749</b>	<b>1.413.718</b>	<b>918.768</b>	<b>918.768</b>
Ativos S/A	-	338.066	-	-
EMGEA	-	-	918.768	918.768
Omni S/A	145.749	145.749	-	-
Renova Companhia Securitizadora S/A	-	929.903	-	-
<b>Receitas vinculadas a cessões (2)</b>	<b>132.818</b>	<b>378.288</b>	<b>98.556</b>	<b>279.420</b>
RB Capital Securitizadora	132.818	378.288	98.556	279.420
<b>Despesas com vendas ou transferências de carteiras</b>	<b>(280.812)</b>	<b>(1.798.218)</b>	<b>(1.432.455)</b>	<b>(1.613.663)</b>
<b>Despesas vinculadas a cessões (2)</b>	<b>(133.355)</b>	<b>(377.471)</b>	<b>(104.490)</b>	<b>(285.698)</b>
RB Capital Securitizadora	(133.355)	(377.471)	(104.490)	(285.698)
<b>Prejuízos de obrigações p/ operações vinc. à cessão (1)</b>	<b>(147.457)</b>	<b>(1.420.747)</b>	<b>(1.327.965)</b>	<b>(1.327.965)</b>
Ativos S/A	(4.442)	(345.213)	-	-
EMGEA	-	-	(1.327.965)	(1.327.965)
Omni S/A	(143.015)	(143.015)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S/A	-	(932.519)	-	-
<b>Despesas provisão carteiras cedidas com coobrigação (2)</b>	<b>(5.571)</b>	<b>(40.878)</b>	<b>(10.944)</b>	<b>(18.890)</b>
RB Capital Securitizadora	(5.571)	(40.878)	(10.944)	(18.890)
<b>Resultado</b>	<b>57.699</b>	<b>260.283</b>	<b>(26.671)</b>	<b>(34.961)</b>

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a Ativos S.A, EMGEA, Omni S/A e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para a RB Capital Securitizadora Residencial S.A

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

**(f.2) Carteiras adquiridas**

Resultado com carteiras adquiridas				
Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>Modalidade com coobrigação (1)</b>	<b>22.800</b>	<b>64.217</b>	<b>41.531</b>	<b>180.929</b>
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	22.927	66.720	47.561	203.767
Despesas de obrigações p/ operações vinculadas à cessão	(127)	(2.503)	(6.030)	(22.838)
<b>Modalidade sem coobrigação (2)</b>	<b>771.578</b>	<b>1.983.414</b>	<b>422.408</b>	<b>1.205.077</b>
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	771.783	1.983.697	431.340	1.214.344
Despesas de obrigações p/ operações vinculadas à cessão	(205)	(283)	(8.932)	(9.267)
<b>Resultado</b>	<b>794.378</b>	<b>2.047.631</b>	<b>463.939</b>	<b>1.386.006</b>

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB, Banco PAN e Daycoval.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

**(g) Concentração dos principais devedores**

Descrição	30/09/2015	%	31/12/2014	%	30/09/2014	%
Principal devedor	11.578.458	1,74	11.269.806	1,86	11.476.136	1,99
10 maiores devedores	46.507.585	6,98	42.036.699	6,95	43.897.086	7,62
20 maiores devedores	63.481.502	9,53	56.786.112	9,39	57.848.020	10,04
50 maiores devedores	85.318.012	12,81	77.560.357	12,82	77.417.036	13,43
100 maiores devedores	99.524.807	14,94	89.805.708	14,84	89.516.565	15,53

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>Operações renegociadas</b>	<b>3.683.386</b>	<b>9.295.142</b>	<b>2.435.816</b>	<b>7.637.487</b>
Operações comerciais	3.585.655	8.934.744	2.175.586	7.016.842
Operações habitacionais	97.731	360.398	260.230	620.645
<b>Operações recuperadas</b>	<b>724.370</b>	<b>1.776.847</b>	<b>1.616.681</b>	<b>2.420.994</b>
Operações comerciais	601.943	1.391.524	536.381	1.078.332
Operações habitacionais	122.427	385.323	1.080.300	1.342.662

## (i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>Saldo inicial</b>	<b>(29.413.979)</b>	<b>(26.806.599)</b>	<b>(25.411.010)</b>	<b>(23.966.296)</b>
Constituição de provisão no período	(6.422.524)	(23.777.084)	(4.261.162)	(13.591.548)
Reversão de provisão no período (1)	299.231	8.070.864	981.219	3.881.936
Transferência para prejuízo	3.468.174	10.443.721	2.634.091	7.619.046
<b>Saldo final</b>	<b>(32.069.098)</b>	<b>(32.069.098)</b>	<b>(26.056.862)</b>	<b>(26.056.862)</b>

(1) Variação em 2015 refere-se essencialmente às operações de Cessão de créditos.

## Nota 9 – Outros créditos

## (a) Composição

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Créditos por avais e fianças honrados	27.517	29.185	27.159
Carteira de câmbio – nota 9 (c)	5.672.401	2.506.525	1.582.642
Rendas a receber	3.830.133	2.971.952	2.729.371
Dividendos e JCP a receber	167.394	193.288	180.592
Convênios setor privado	81.852	93.957	104.599
Convênios setor público	636.947	542.349	556.309
Administração de fundos de investimento	55.124	48.089	50.337
Administração de fundos e programas sociais	2.855.601	1.988.102	1.715.247
Outras rendas a receber	33.215	106.167	122.287
Negociação e intermediação de valores	45.611	2.766	361
Créditos específicos	818.361	765.593	788.057
Diversos – nota 9 (b)	63.090.598	54.034.623	50.339.298
Provisão para outros créditos	(347.837)	(286.252)	(292.706)
<b>Total</b>	<b>73.136.784</b>	<b>60.024.392</b>	<b>55.174.182</b>
Ativo circulante	39.914.994	34.458.544	49.039.326
Ativo não circulante	33.221.790	25.565.848	6.134.856

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (b) Outros créditos – diversos

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Créditos tributários – (Nota 20 b)	35.722.147	25.189.610	21.549.869
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	13.293.005	12.625.576	12.361.624
Adiantamentos e antecipações salariais	490.211	190.724	450.706
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	1.291.068	1.400.065	1.093.099
Impostos e contribuições a compensar	345.636	1.051.828	322.956
Cartão de crédito (1)	6.886.942	7.313.709	6.731.401
Prêmio em aquisição de carteiras	1.573.928	1.188.447	1.034.328
Seguros a receber	168.373	125.950	112.301
Créditos adquiridos	635.213	684.730	1.099.981
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	255.209	280.194	1.318.132
Valores a receber – royalties	85.894	17.260	20.231
Valores a receber – FND	441.468	410.761	404.988
Valores a receber - correspondentes bancários	130.345	146.546	138.921
Valores a receber - resgate de bônus	103.779	97.994	96.291
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	22.655	47.118	47.044
Valores a receber - créditos administrados	23.718	25.630	26.519
Valores a receber - planos de saúde autogestão	23.195	22.224	29.014
Valores a receber – TVM no exterior	-	344.967	-
Valores a receber – Cessão de créditos	698.590	-	1.783.082
Valores a apropriar (2)	1.927.608	3.976.683	3.014.868
Outros devedores (3)	611.634	376.953	195.845
Desconto em outros ativos financeiros	(1.411.087)	(1.411.087)	(1.411.173)
Provisão para perdas - diversos (4)	(228.933)	(71.259)	(80.729)
<b>Total</b>	<b>63.090.598</b>	<b>54.034.623</b>	<b>50.339.298</b>
Ativo circulante	29.848.628	28.440.582	43.984.650
Ativo não circulante	33.241.970	25.594.041	6.354.648

(1) Inclui R\$ 6.433.630 (31/12/2014 – 7.171.685; 30/09/2014 – 6.574.742) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

(3) Inclui redução no valor recuperável de títulos e créditos a receber de empresas em processo de recuperação judicial no montante de R\$ (108.257) apurado e reconhecido em 2015.

(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (c) Carteira de câmbio

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Ativo - outros créditos</b>			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	16.511	19.581	14.829
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	5.588.306	2.467.809	1.557.575
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	73.783	20.896	11.698
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(6.199)	(1.761)	(1.460)
<b>Ativo circulante</b>	<b>5.672.401</b>	<b>2.506.525</b>	<b>1.582.642</b>
<b>Passivo - outras obrigações</b>			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	166.114	165.694	139.683
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	4.083.275	2.104.398	1.328.851
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(3.914.866)	(1.927.430)	(1.194.916)
<b>Passivo circulante (Nota 18 (a))</b>	<b>334.523</b>	<b>342.662</b>	<b>273.618</b>

## (c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>Receitas</b>	<b>12.433.681</b>	<b>25.838.898</b>	<b>3.035.380</b>	<b>6.661.631</b>
Disponibilidade em moeda estrangeira	12.385.861	25.740.168	3.024.661	6.641.898
Títulos emitidos no exterior	-	-	-	-
Outras	47.820	98.730	10.719	19.733
<b>Despesas</b>	<b>(10.239.681)</b>	<b>(22.709.039)</b>	<b>(2.276.291)</b>	<b>(6.142.564)</b>
Despesas de variações e diferenças de taxas	(10.239.499)	(22.708.578)	(2.276.172)	(6.142.261)
Títulos emitidos no exterior	-	-	-	-
Outras	(182)	(461)	(119)	(303)
<b>Resultado de câmbio</b>	<b>2.194.000</b>	<b>3.129.859</b>	<b>759.089</b>	<b>519.067</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 10 – Outros valores e bens**

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados (30/09/2015 e 30/09/2014) e à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC (31/12/2014);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Bens não de uso próprio</b>	<b>2.224.996</b>	<b>1.567.595</b>	<b>1.334.443</b>
Imóveis patrimoniais não de uso	308.094	224.992	174.529
Imóveis adjudicados/arrematados	1.916.902	1.342.603	1.159.914
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>89.373</b>	<b>46.143</b>	<b>84.526</b>
<b>Material de consumo</b>	<b>33.133</b>	<b>35.037</b>	<b>36.263</b>
<b>Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis</b>	<b>(106.120)</b>	<b>(90.591)</b>	<b>(31.785)</b>
<b>Total</b>	<b>2.241.382</b>	<b>1.558.184</b>	<b>1.423.447</b>

**(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis**

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>Saldo inicial</b>	<b>(94.693)</b>	<b>(90.591)</b>	<b>(30.371)</b>	<b>(31.614)</b>
Constituição	(19.363)	(31.856)	(6.527)	(31.775)
Baixas	7.936	16.327	5.113	31.604
<b>Saldo final</b>	<b>(106.120)</b>	<b>(106.120)</b>	<b>(31.785)</b>	<b>(31.785)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 11 – Participações em controladas e coligadas****a) Reorganização Societária do segmento Seguridade da CAIXA**

Em 27 de maio de 2015, a CAIXA constituiu como subsidiária integral a empresa CAIXA Seguridade, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tendo como objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

No contexto de estruturação societária, a CAIXA Seguridade, em 30 de junho de 2015, absorveu diretamente as principais participações societárias relacionadas ao ramo de seguridade detidas pela CAIXA e por sua subsidiária integral Caixa Participações S.A. ("CAIXAPAR"), conforme descrito a seguir:

- I. 100% das ações da CAIXA Operadora S.A., constituída em 27 de maio de 2015 como subsidiária integral da CAIXA, absorvida pela CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015;
- II. 49,00% das ações da Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. ("PAN Corretora") Adquirida em 29 de dezembro de 2014 pela CAIXAPAR;
- III. 48,99% das ações da PAN Seguros S.A. ("PAN Seguros") Adquirida em 19 de junho de 2015 pela CAIXAPAR;
- IV. 48,21% das ações da Caixa Seguros Holding S.A. ("CAIXA Seguros") Incorporada em 26 de fevereiro de 2010 pela CAIXAPAR.

Em continuidade ao processo de reorganização societária, a Administração da CAIXA Operadora, representada por sua única acionista Caixa Seguridade Participações S.A, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de julho de 2015, deliberou, principalmente, sobre as seguintes matérias:

- I. Alteração da denominação social da Companhia, que passa a ser designada Caixa Holding Securitária S.A. ("CAIXA Securitária");
- II. Alteração do objeto social da Companhia, que passa a contemplar, exclusivamente, a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP."
- III. Aumento do capital social de R\$ 100, totalmente integralizado, para R\$ 363.740, mediante cessão à Companhia das ações representativas do capital social da PAN Seguros e das quotas representativas do capital social da PAN Corretora, anteriormente pertencentes à CAIXA Seguridade.

Principais participações diretas e indiretas da **CAIXA Seguridade**:

**CAIXA Seguros Holding S.A.:** Sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente. O capital social da CAIXA Seguros Holding encontra-se dividido, predominantemente, entre o grupo francês CNP Assurances com 51,75% das ações e a CAIXAPAR com 48,21% das ações. Em 30 de junho de 2015, houve cisão parcial da CAIXAPAR com transferência dessa participação societária para a CAIXA Seguridade."

**CAIXA Holding Securitária:** Subsidiária integral da CAIXA Seguridade, foi constituída em 27 de maio de 2015 com o objetivo social de gerir a comercialização e distribuição de (i) seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro; (ii) planos de previdência complementar, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar; (iii) planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização; (iv) cotas de grupos de consórcio; (v) seguros de assistência médica e odontológica às pessoas jurídicas e/ou físicas; (vi) quaisquer produtos ou serviços regulados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP),

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pela Agência Nacional de Saúde (ANS) ou pelo Banco Central do Brasil (BACEN), relativos a grupo de consórcios.

**PAN Seguros:** Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos. Em 29 de dezembro de 2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTG") conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre a BTG e o Banco PAN S.A. Em 31 de dezembro de 2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG pelo valor de R\$ 550.406 e, se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Com participação de 99,99%. Em 19 de junho de 2015, a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros conforme acordado no contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21 de agosto de 2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Posteriormente, a CAIXAPAR realizou a cisão parcial da participação total da PAN Seguros para a CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015.

**PAN Corretora:** Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Pactual Holding de Seguros e CAIXAPAR com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários. Em 30 de junho de 2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a CAIXA Seguridade.

**b) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas:**

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.640.000	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00

(1) A participação societária na CAIXA Seguridade, consolidada na CAIXA, refere-se à posição consolidada deste investimento. Desta forma, a participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014	2015		2014	
				3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
CAIXA Seguros Holding.	2.502.141	2.437.271	2.232.189	222.882	642.884	192.594	573.162
Banco PAN	819.918	1.020.949	1.050.450	243.201	113.984	3.459	(50.265)
Capgemini	198.225	236.891	243.644	(13.114)	(38.666)	(5.884)	(37.835)
Elo Serviços	18.359	14.931	12.453	(390)	3.428	(801)	(866)
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.885	6.880	6.793	54	179	23	114
Caixa Seguros Participações - CSP	-	-	-	-	-	-	2.192
Crescer	-	-	691	(2.040)	(3.319)	(3.517)	(13.919)
Branes	1.840	1.841	1.859	5	(1)	(1)	(38)
BIAPE	238	619	547	2	(448)	8	106
FGO – Fundo Garantia de Operações	116.909	91.943	82.136	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	250.319	210.991	198.153	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.576	39.059	39.382	(203)	(6.797)	(144)	(694)
TECBAN	105.914	58.976	-	730	48.390	-	-
PAN Corretora	28.017	24.500	-	1.407	3.548	-	-
PAN Seguros (1)	346.626	-	-	9.217	9.217	-	-
Outros Investimentos (2)	349.181	43.599	1.640	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>4.777.148</b>	<b>4.188.450</b>	<b>3.869.937</b>	<b>461.751</b>	<b>772.399</b>	<b>185.737</b>	<b>471.957</b>

(1) PAN Seguros: Empresa adquirida pela CAIXAPAR em 18 de junho de 2015, foi objeto de cisão e incorporação pela CAIXA Seguridade S.A em 30 de junho de 2015 Nota 11 (a).

(2) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 12 – Imobilizado de uso**

Com o índice de imobilização apurado de 13,42% (31/12/2014 – 14,43%; 30/09/2014 – 14,26%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Composição do imobilizado de uso							
Descrição	30/09/2015			31/12/2014			30/09/2014
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
<b>Imóveis de uso</b>	<b>1.511.957</b>	<b>(473.501)</b>	<b>1.038.456</b>	<b>1.258.361</b>	<b>(355.224)</b>	<b>903.137</b>	<b>756.600</b>
Edificações	1.450.507	(473.501)	977.006	1.196.546	(355.224)	841.322	695.397
Terrenos	61.450	-	61.450	61.815	-	61.815	61.203
<b>Reavaliações de imóveis de uso</b>	<b>721.948</b>	<b>(192.699)</b>	<b>529.249</b>	<b>739.998</b>	<b>(178.338)</b>	<b>561.660</b>	<b>567.221</b>
Edificações	529.381	(192.699)	336.682	540.437	(178.338)	362.099	367.648
Terrenos	192.567	-	192.567	199.561	-	199.561	199.573
<b>Outras imobilizações de uso</b>	<b>7.127.943</b>	<b>(4.866.289)</b>	<b>2.261.654</b>	<b>6.709.767</b>	<b>(4.420.524)</b>	<b>2.289.243</b>	<b>2.158.600</b>
Imobilizações em curso	29.998	-	29.998	32.401	-	32.401	36.356
Inst., móveis e equip. de uso	1.587.606	(826.655)	760.951	1.434.613	(762.772)	671.841	644.524
Sistema de comunicação	91.424	(76.403)	15.021	91.922	(74.215)	17.707	18.222
Sistema de proc.de dados	5.015.167	(3.673.920)	1.341.247	4.771.998	(3.321.961)	1.450.037	1.349.642
Sistema de transporte e segurança	403.748	(289.311)	114.437	378.833	(261.576)	117.257	109.856
<b>Total</b>	<b>9.361.848</b>	<b>(5.532.489)</b>	<b>3.829.359</b>	<b>8.708.126</b>	<b>(4.954.086)</b>	<b>3.754.040</b>	<b>3.482.421</b>

Movimentação do imobilizado de uso							
Descrição	31/12/2014	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	30/09/2015	30/09/2014
<b>Imóveis de uso</b>	<b>903.137</b>	<b>1.531</b>	<b>333.779</b>	<b>(1.038)</b>	<b>(198.953)</b>	<b>1.038.456</b>	<b>756.600</b>
Edificações	841.322	1.331	333.779	(473)	(198.953)	977.006	695.397
Terrenos	61.815	200	-	(565)	-	61.450	61.203
<b>Reaval. De imóveis de uso</b>	<b>561.660</b>	<b>-</b>	<b>(122)</b>	<b>(14.163)</b>	<b>(18.126)</b>	<b>529.249</b>	<b>567.221</b>
Edificações	362.099	-	(98)	(7.193)	(18.126)	336.682	367.648
Terrenos	199.561	-	(24)	(6.970)	-	192.567	199.573
<b>Outras imobilizações de uso</b>	<b>2.289.243</b>	<b>(1.299)</b>	<b>459.070</b>	<b>(1.161)</b>	<b>(484.199)</b>	<b>2.261.654</b>	<b>2.158.600</b>
Imobilizações em curso	32.401	(1.299)	57	(1.161)	-	29.998	36.356
Inst., móveis e equip. de uso	671.841	(215)	161.225	-	(71.900)	760.951	644.524
Sistema de comunicação	17.707	-	-	-	(2.686)	15.021	18.222
Sistema de proc.de dados	1.450.037	157	269.569	-	(378.516)	1.341.247	1.349.642
Sist. De 48ransp../segurança	117.257	58	28.219	-	(31.097)	114.437	109.856
<b>Total</b>	<b>3.754.040</b>	<b>232</b>	<b>792.727</b>	<b>(16.362)</b>	<b>(701.278)</b>	<b>3.829.359</b>	<b>3.482.421</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 13 – Intangível**

Descrição	30/09/2015				31/12/2014				30/09/2014
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.756.896	(1.036.537)	(6.599)	1.713.760	2.797.650	(825.011)	(6.168)	1.966.471	1.528.677
Outros ativos intangíveis	366.654	(53.735)	-	312.919	370.855	(45.987)	-	324.868	328.980
Projetos logiciais - Software	1.247.728	(320.739)	-	926.989	1.100.443	(245.336)	-	855.107	790.792
<b>Total</b>	<b>4.371.278</b>	<b>(1.411.011)</b>	<b>(6.599)</b>	<b>2.953.668</b>	<b>4.268.948</b>	<b>(1.116.334)</b>	<b>(6.168)</b>	<b>3.146.446</b>	<b>2.648.449</b>

Descrição	31/12/2014	Movimentação em 2015			30/09/2014
	Líquido	Adições	Baixas	Amortizações	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	1.966.471	188.101	(47.200)	(393.612)	1.713.760
Outros ativos intangíveis	324.868	-	-	(11.949)	312.919
Projetos logiciais - Software	855.107	186.551	-	(114.669)	926.989
<b>Total</b>	<b>3.146.446</b>	<b>374.652</b>	<b>(47.200)</b>	<b>(520.230)</b>	<b>2.953.668</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 14 – Depósitos

## (a) Composição

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Depósitos à vista – sem remuneração	24.413.556	27.013.964	24.573.919
Pessoas físicas	10.614.819	12.323.481	10.372.207
Pessoas jurídicas	10.283.405	11.550.896	11.328.749
Vinculados	2.136.176	1.842.482	1.750.547
Governo	902.905	918.168	735.911
Moedas estrangeiras	150.263	11.023	-
Instituições do sistema financeiro	34.848	60.575	57.866
Entidades públicas	176.314	170.142	179.204
Contas encerradas	16.289	-	-
Outros	98.537	137.197	149.435
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	234.466.371	236.836.068	228.727.162
Pessoas físicas	231.197.200	234.391.366	226.197.049
Pessoas jurídicas	2.406.293	2.442.270	2.527.652
Vinculados	2.381	2.432	2.461
Contas encerradas	860.497	-	-
Depósitos interfinanceiros	2.543.199	3.663.877	4.738.348
Depósitos a prazo	166.188.966	143.055.444	137.037.060
Remuneração prefixada	82.058.118	66.772.385	65.894.173
Depósitos a prazo em moeda nacional	82.058.118	66.772.385	65.894.173
Remuneração pós-fixada	84.130.848	76.283.059	71.142.887
Depósitos a prazo em moeda nacional	26.968.783	22.826.263	21.025.851
Depósitos judiciais com remuneração	57.162.065	53.456.796	50.117.036
Depósitos especiais e de fundos e programas	12.413.688	8.476.386	7.679.716
Sem remuneração	270.734	263.759	266.945
Remuneração prefixada	541.882	494.003	480.827
Remuneração pós-fixada	11.601.072	7.718.624	6.931.944
<b>Total</b>	<b>440.025.780</b>	<b>419.045.739</b>	<b>402.756.205</b>
Passivo circulante	349.644.206	341.467.033	327.303.197
Passivo não circulante	90.381.574	77.578.706	75.453.008

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Depósitos à vista	24.413.556	-	-	-	24.413.556	27.013.964	24.573.919
Depósitos de poupança	234.466.371	-	-	-	234.466.371	236.836.068	228.727.162
Depósitos interfinanceiros	-	330.765	1.761.498	450.936	2.543.199	3.663.877	4.738.348
Depósitos a prazo	57.191.005	3.826.252	15.241.069	89.930.640	166.188.966	143.055.444	137.037.060
CDB	13.681	3.826.252	15.241.069	89.930.640	109.011.642	89.583.966	86.905.446
Depósitos judiciais	57.162.065	-	-	-	57.162.065	53.456.796	50.117.036
Outros	15.259	-	-	-	15.259	14.682	14.578
Depósitos especiais e de fundos e programas	12.413.688	-	-	-	12.413.688	8.476.386	7.679.716
<b>Total</b>	<b>328.484.620</b>	<b>4.157.017</b>	<b>17.002.567</b>	<b>90.381.576</b>	<b>440.025.780</b>	<b>419.045.739</b>	<b>402.756.205</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Despesas de captações com depósitos**

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Depósitos de poupança	(4.628.346)	(12.800.004)	(3.781.599)	(10.613.979)
Depósitos interfinanceiros	(71.642)	(204.010)	(98.946)	(207.825)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(3.508.792)	(8.873.572)	(2.232.407)	(5.878.886)
Depósitos judiciais	(1.017.267)	(2.657.560)	(698.465)	(1.942.185)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(420.104)	(1.067.092)	(298.049)	(819.304)
Outras captações	(176.443)	(515.725)	(150.657)	(428.494)
<b>Total</b>	<b>(9.822.594)</b>	<b>(26.117.963)</b>	<b>(7.260.123)</b>	<b>(19.890.673)</b>

**(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	6.644.952	2.901.111	2.371.876
Depósitos - Especiais com remuneração	1.991.410	1.824.348	1.796.519
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.552.975	1.763.026	1.530.226
Depósitos – FISANE	9.531	9.010	8.857
Depósitos – PRODEC	54.970	52.047	51.189
Programa de Integração Social – PIS	57.619	22.671	7.602
Fundo Garantia Safra – FGS	57.478	9.083	27.143
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	38.209	69.166	82.129
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	407.774	383.860	382.292
Depósitos - Pró-frota Pesqueira	8.080	7.945	8.167
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	7.667	10.447	9.799
Depósitos – PREVHAB	679.776	623.966	566.772
Saúde CAIXA	270.734	263.759	266.945
Outros	632.513	535.947	570.200
<b>Total</b>	<b>12.413.688</b>	<b>8.476.386</b>	<b>7.679.716</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas**

Descrição	Taxa de Remuneração	2015		2014	
		3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Depósitos - FGTS	Selic	(237.357)	(603.818)	(158.489)	(444.036)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(28.673)	(79.983)	(23.336)	(69.166)
Depósitos - FISANE	TR	(195)	(521)	(150)	(429)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.088)	(2.924)	(865)	(1.515)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(32.044)	(73.052)	(15.729)	(39.437)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(1.855)	(3.260)	(1.503)	(2.528)
Depósitos - FAR	Selic	(8.334)	(10.131)	(15.936)	(31.875)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(13.609)	(37.002)	(10.251)	(28.659)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(11.945)	(31.267)	(8.310)	(22.664)
Depósitos - FAS	TR	(60)	(105)	(16)	(41)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(22.590)	(59.594)	(16.287)	(44.708)
Depósitos - Caução	TR	(4.181)	(9.257)	(3.049)	(6.142)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(15.006)	(38.273)	(10.957)	(30.265)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(15.230)	(43.413)	-	-
Outros		(27.937)	(74.492)	(33.171)	(97.839)
<b>Total</b>		<b>(420.104)</b>	<b>(1.067.092)</b>	<b>(298.049)</b>	<b>(819.304)</b>

**(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT**

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT			30/09/2015			31/12/2014			30/09/2014		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					145.281	1.333.058	1.478.338	462.236	1.226.330	1.688.566	269.100	1.186.666	1.455.766
Proger urbano					54.411	1.012.798	1.067.209	374.230	844.004	1.218.234	202.852	785.316	988.168
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005		54.411	1.012.798	1.067.209	374.230	844.004	1.218.234	202.852	785.316	988.168
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005		-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005		-	-	-	-	-	-	-	-	-
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007		-	-	-	-	-	-	525	89	614
FAT infraestrutura					63.250	315.336	378.586	64.789	378.609	443.398	65.277	399.244	464.521
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008		63.250	315.336	378.586	64.789	378.609	443.398	65.277	399.244	464.521
FAT – PNMPO					27.620	4.923	32.543	23.217	3.717	26.934	446	2.017	2.463
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007		27.620	4.923	32.543	23.217	3.717	26.934	446	2.017	2.463
Linhas de crédito especiais					401	74.235	74.637	300	74.160	74.460	310	74.150	74.460
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005		401	74.235	74.637	300	74.160	74.460	310	74.150	74.460
<b>Total</b>					<b>145.682</b>	<b>1.407.292</b>	<b>1.552.975</b>	<b>462.536</b>	<b>1.300.490</b>	<b>1.763.026</b>	<b>269.410</b>	<b>1.260.816</b>	<b>1.530.226</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 15 – Captações no mercado aberto

## (a) Composição

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Carteira própria (1)</b>	<b>79.990.822</b>	<b>76.689.005</b>	<b>80.168.715</b>
Letras financeiras do tesouro	41.600	-	-
Letras do tesouro nacional	43.811.136	41.115.381	44.302.461
Notas do tesouro nacional	28.023.662	27.661.569	28.924.042
Debêntures	7.614.737	7.380.696	6.647.922
Certificados de recebíveis imobiliários	499.687	531.359	278.546
Letras de crédito imobiliário	-	-	15.744
<b>Carteira de terceiros</b>	<b>90.180.796</b>	<b>96.080.879</b>	<b>82.608.503</b>
Letras financeiras do tesouro	-	6.876.951	-
Letras do tesouro nacional	20.439.227	34.742.305	35.102.428
Notas do tesouro nacional	69.741.569	54.461.623	47.506.075
<b>Total</b>	<b>170.171.618</b>	<b>172.769.884</b>	<b>162.777.218</b>
Passivo circulante	168.175.284	165.935.128	155.296.015
Passivo não circulante	1.996.334	6.834.756	7.481.203

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

## (b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Carteira própria	(3.068.758)	(7.772.992)	(2.015.532)	(5.247.765)
Carteira de terceiros	(2.705.169)	(8.289.857)	(2.923.728)	(7.021.160)
Carteira de livre movimentação	(11.851)	(31.591)	-	-
<b>Total</b>	<b>(5.785.778)</b>	<b>(16.094.440)</b>	<b>(4.939.260)</b>	<b>(12.268.925)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos**
**(a) Recursos de letras**

Depósitos	Indexador	Vencimento				30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	644.339	644.339	622.177	594.877
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	14.256	14.256	13.522	12.968
Letra hipotecária	TR	-	-	-	-	-	1.842	3.813
Letra imobiliária	IGP-M	-	-	-	9.580	9.580	9.011	8.846
Letra imobiliária	CDI	11.444.295	12.429.061	27.835.386	55.652.930	107.361.672	86.641.772	76.201.338
Letra financeira	CDI	3.632.001	8.760.357	17.315.206	11.282.141	40.989.705	37.075.325	34.681.649
Letra financeira	IPCA	-	-	-	1.013.078	1.013.078	800.129	776.118
Letra de crédito do agronegócio	CDI	331.059	100.343	357.764	899.168	1.688.334	1.807.449	2.423.266
<b>Total</b>		<b>15.407.355</b>	<b>21.289.761</b>	<b>45.508.356</b>	<b>69.515.492</b>	<b>151.720.964</b>	<b>126.971.227</b>	<b>114.702.875</b>
Passivo circulante						82.205.472	45.743.859	42.007.445
Passivo não circulante						69.515.492	81.227.368	72.695.430

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Despesas com recursos de letras**

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Letras imobiliárias	(3.214.145)	(8.301.321)	(1.726.937)	(4.299.221)
Letras hipotecárias	(29.042)	(88.756)	(15.241)	(62.209)
Letras financeiras	(1.429.351)	(3.927.487)	(982.953)	(2.452.432)
Letras de crédito do agronegócio	(63.739)	(167.590)	(61.482)	(177.537)
<b>Total</b>	<b>(4.736.277)</b>	<b>(12.485.154)</b>	<b>(2.786.613)</b>	<b>(6.991.399)</b>

**(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior**

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014 foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada (Nota 18 (d1)), cujas características são apresentadas a seguir:

Título	Moeda	Valor emitido	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim.	30/09/2015 (1)	31/12/2014 (1)	30/09/2014 (1)
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.863.404	2.519.469	2.342.627
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.912.837	1.259.734	1.171.314
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.863.264	3.424.702	3.184.322
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	5.024.919	3.573.945	3.323.089
<b>Total</b>						<b>15.664.424</b>	<b>10.777.850</b>	<b>10.021.352</b>

(1) Valores em milhares de R\$.

**(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior**

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(3.014.249)	(5.188.488)	(1.108.885)	(977.831)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(525.590)	(821.208)	(136.317)	(136.317)
<b>Total</b>	<b>(3.539.839)</b>	<b>(6.009.696)</b>	<b>(1.245.202)</b>	<b>(1.114.148)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Repasses no país	198.159.200	177.431.598	183.345.872
FGTS	163.337.979	145.033.444	152.663.149
BNDES	31.685.486	29.705.446	28.338.756
Tesouro Nacional – PIS	777.314	780.580	789.830
Fundo Marinha Mercante	2.171.977	1.838.426	1.551.959
Outras instituições	186.444	73.702	2.178
Repasses no exterior	59.386	-	-
Empréstimos no exterior	17.379.921	5.450.039	3.936.247
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	5.183.434	2.020.285	1.256.582
Demais linhas de crédito	12.196.487	3.429.754	2.679.665
<b>Total de obrigações por empréstimos e repasses</b>	<b>215.598.507</b>	<b>182.881.637</b>	<b>187.282.119</b>
Passivo circulante	11.343.933	7.009.426	4.108.241
Passivo não circulante	204.254.574	175.872.211	183.173.878

## (a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,11 % ao ano (habitação 4,99 %, infraestrutura 5,89 % e saneamento 6,21 %) e prazo remanescente de retorno com média de 20 anos (habitação 21, infraestrutura 20 e saneamento 14).

## (b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 80 % ao ano, acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

## (c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 3,50% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2018. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 1,82% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2016.

## (d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	3º trimestre	Acumulado	3º trimestre	Acumulado
Repasses no país	(3.860.345)	(10.735.448)	(3.118.461)	(8.499.734)
FGTS	(3.275.884)	(8.830.510)	(2.612.107)	(7.114.908)
BNDES	(529.874)	(1.410.816)	(371.456)	(1.172.109)
Tesouro Nacional – PIS	(14.790)	(40.146)	(13.221)	(36.176)
Fundo Marinha Mercante	(19.797)	(400.692)	(102.188)	(130.016)
Outras instituições	(20.000)	(53.284)	(19.489)	(46.525)
Repasses no exterior	(25.506)	(25.506)	-	-
Empréstimos no exterior	(2.395.831)	(3.797.991)	(418.227)	(368.583)
<b>Total</b>	<b>(6.281.682)</b>	<b>(14.558.945)</b>	<b>(3.536.688)</b>	<b>(8.868.317)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 18 – Outras obrigações

## (a) Composição

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.288.062	342.884	1.328.268
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	334.523	342.662	273.618
Sociais e estatutárias	2.114.278	1.874.197	1.759.829
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	3.348.904	2.188.492	2.011.353
Negociação e intermediação de valores	576.822	70.597	97.634
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	10.272.677	10.107.859	8.727.209
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d.2))	1.379.437	1.900.636	1.178.806
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d.1)) (1)	24.099.595	20.177.205	13.379.396
Diversas (Nota 18 (e))	52.926.360	51.219.349	45.593.800
<b>Total</b>	<b>96.340.658</b>	<b>88.223.881</b>	<b>74.349.913</b>
Passivo circulante	56.329.093	58.929.801	61.675.543
Passivo não circulante	40.011.565	29.294.080	12.674.370

(1) Compõe o montante apresentado em 30/09/2014 está incluído o valor de R\$ 13.115.496 relativo aos Instrumentos de Dívida elegíveis a capital e o valor de R\$ 263.900 relativo à atualização monetária de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.

## (b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Tributos sobre salários a recolher	390.662	420.826	380.764
Tributos sobre serviços a recolher	258.274	244.495	231.610
Tributos sobre lucros a recolher	239.414	280.632	224.093
Imposto de renda	10.107	98.780	7.711
Contribuição social	3.960	43.032	3.440
COFINS	193.732	119.216	183.216
PASEP	31.615	19.604	29.726
Tributos diferidos	2.296.438	1.078.575	1.007.530
Reavaliação – edificações	132.489	144.104	147.059
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	355.746	273.846	261.829
Contratos futuros	1.807.601	627.790	446.973
Benefícios pós-emprego	-	-	116.805
Tarifas a receber da União	-	32.835	34.864
Outros	602	-	-
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	164.116	163.964	167.356
<b>Total</b>	<b>3.348.904</b>	<b>2.188.492</b>	<b>2.011.353</b>
Passivo circulante	3.216.415	2.044.388	1.864.294
Passivo não circulante	132.489	144.104	147.059

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Recursos para destinação específica**

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Fundos e programas sociais	7.876.090	8.074.813	7.363.342
FGTS	3.588.499	4.100.400	3.394.768
Minha Casa Minha Vida	3.487.364	2.876.925	2.815.848
Programa de subsídio à habitação (PSH)	291.005	281.990	282.118
Programas de transferência de renda	381.207	140.812	135.842
Outros fundos e programas	128.015	674.686	734.766
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.628.204	549.281	494.585
PIS	1.544.472	497.803	493.171
FAT	82.295	50.060	-
FINSOCIAL	1.437	1.418	1.414
Operações com loterias	768.383	1.483.765	869.282
<b>Total</b>	<b>10.272.677</b>	<b>10.107.859</b>	<b>8.727.209</b>

**(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital****(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

**Instrumento de Dívida Subordinada – IDS**

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012 e 2014.

O Conselho Curador do FGTS aprovou, através da Resolução CCFGTS nº 748/14 de 5 de junho de 2014, proposta de contratação de instrumentos de dívida subordinada entre a CAIXA e o FGTS no valor de até R\$ 10.000.000, em tranches de acordo com a expectativa de contratação de novas operações com recursos do FGTS.

Em 2014 a CAIXA e o FGTS assinaram 02 contratos referentes à primeira e segunda tranches, no valor total de R\$ 7.000.000.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Em 2015, a CAIXA captou R\$ 6.000 em um total de 05 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local. A CAIXA possui 12 LFS no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

### Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Vencim.	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 30/09/2015	Saldo devedor 31/12/2014	Saldo devedor 30/09/2014
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/2020	6,30%	out/05	3.439.717	2.558.421	(2.190.167)	3.807.971	4.404.309	4.605.801
abr/2026	6,00%	ago/11	3.000.000	917.433	-	3.917.433	3.708.587	3.645.242
jul/2032	5,08%	jun/12	3.000.000	603.972	-	3.603.972	3.434.019	3.382.732
dez/2033	5,15%	out/14	3.000.000	189.249	-	3.189.248	3.007.518	-
fev/2038	4,80%	dez/14	4.000.000	199.613	-	4.199.613	4.000.000	-
dez/2040	4,75%	set/15	3.000.000	5.792	-	3.005.792	-	-
Letra Financeira Elegível – Nível II								
jun/2020	110%CDI	jun/14	10.000	1.828	-	11.828	10.699	28.277
jul/2019	110%CDI	jul/14	17.400	2.997	-	20.397	18.451	-
dez/2021	110%CDI	dez/14	1.500	173	-	1.673	1.513	-
jun/2024	100%IPCA	jun/14	200.000	42.115	-	242.115	213.388	206.757
fev/2025	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	122	-	1322	-	-
fev/2025	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	119	-	1319	-	-
fev/2025	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	256	-	2656	-	-
mar/2025	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	118	-	1318	-	-
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/2024	7,25%	jul/14	1.106.450	986.488	-	2.092.938	1.378.721	1.246.687
<b>Total</b>			<b>20.781.067</b>	<b>5.508.696</b>	<b>(2.190.167)</b>	<b>24.099.595</b>	<b>20.177.205</b>	<b>13.115.496</b>

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), menu “Sobre a Caixa”.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida**

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida - IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal. Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital, perfazendo um montante de R\$ 1.379.437 em 30/09/2015 (31/12/2014 – R\$ 1.900.636; 30/09/2014 – R\$ 1.178.806).

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Diversas**

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Passivos atuariais - benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	16.792.993	11.665.078	7.844.976
Saúde Caixa	12.390.637	9.346.949	6.850.424
Auxílio e cesta alimentação	1.063.519	861.147	749.628
Planos de benefícios - previdência privada	3.338.837	1.456.982	244.924
Provisões para pagamentos a efetuar	5.032.136	4.099.103	4.615.090
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	13.333.001	15.289.661	13.192.255
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	3.480.806	2.836.810	2.907.428
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	2.790.107	2.575.029	2.753.580
Financiamentos imobiliários a liberar	3.740.940	7.926.702	7.277.750
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	1.158	60.531	165.006
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.540.379	5.496.219	5.652.556
Obrigações por convênios	676.146	622.597	556.896
Obrigações por contribuições ao SFH	70.636	67.681	71.532
Recursos do FGTS para amortizações	691.681	450.660	449.324
Valores a pagar a sociedades ligadas (3)	773.430	129.189	107.253
Credores diversos exterior	2.947	89	154
<b>Total</b>	<b>52.926.360</b>	<b>51.219.349</b>	<b>45.593.800</b>

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008
- (3) Variação apresentada em 2015 refere-se a incremento da obrigação vinculada à aquisições de carteiras de crédito sem coobrigação com o Banco PAN.

**(f) Credores diversos – País**

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Cartões de crédito	6.620.129	7.328.476	7.040.523
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	41.410	59.256	65.117
Fornecedores	846.346	885.967	878.167
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	452.972	536.121	534.129
Crédito comercial – repasses	109.912	153.984	83.333
Crédito imobiliário – repasses	617.634	961.460	745.904
Obrigações com a União – repasses	44.650	41.607	40.696
Outros credores – poupança simplificada	500.124	500.195	500.207
Contas a pagar	178.580	158.468	120.708
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	59.270	54.695	50.949
Valores a restituir – penhor	92.447	144.601	143.133
Valores a apropriar (2)	3.538.795	4.152.811	2.482.508
Outros credores diversos	230.732	312.020	506.881
<b>Total</b>	<b>13.333.001</b>	<b>15.289.661</b>	<b>13.192.255</b>

- (1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.
- (2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 19 – Patrimônio líquido****(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

**(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas. Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000).

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, aderentes aos requisitos elencados na Resolução CMN nº. 4.192/13 para integrar o Capital Principal foram autorizados em agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Nível I – Capital Principal do PR, onde passaram a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis à Nível I – Capital Principal, data onde passam a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Tais contratos foram aditados com cláusulas semelhantes aos contratos nº 868 e 869 e eram mantidos como Capital Complementar enquanto aguardavam autorização do BACEN para reclassificação ao Capital Principal.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Contrato 348	7.411.895	7.303.701	7.303.701
Contrato 504	7.564.073	7.453.659	7.453.659
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	6.800.000
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000	8.000.000
<b>Total</b>	<b>36.086.566</b>	<b>35.867.958</b>	<b>35.867.958</b>

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)**

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 14,22% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

**(d) Reservas de reavaliação e de lucros**

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Reservas de reavaliação	396.862	408.392	394.207
Reservas de lucros	6.221.877	6.873.097	3.884.084
Reserva legal	2.465.156	2.325.326	2.174.969
Reserva estatutária – loterias	2.411.955	2.159.653	1.709.115
Reservas margem operacional	1.344.766	2.388.118	-

**(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz montante acumulado de R\$ 1.269.494 (R\$ 453.347 – 3º trimestre de 2015) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante acumulado de R\$ 515.354 (R\$ 188.895 – 3º trimestre de 2015).

Em 2015, foi repassado à União os montantes de R\$ 1.072.774 (R\$ 29.421 correspondente à atualização monetária) a título de dividendos complementares do exercício de 2014 e de R\$ 1.945.423 a título de dividendos (R\$ 1.129.277) e JCP (R\$ 816.146) antecipados do exercício 2015.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)****(a) Créditos tributários**

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados, à alíquota de 25%;
- créditos de IRPJ e CSLL, decorrentes de diferenças temporárias, às alíquotas de 25% (IRPJ) e 20% ou 15% (CSLL, a depender da expectativa de realização); e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 30/09/2015 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Diferença Temporal	TOTAL
2015	70.226	5.432.423	5.502.649
2016	870.060	12.354.911	13.224.971
2017	347.667	4.839.123	5.186.790
2018	-	1.112.033	1.112.033
2019	-	3.626.677	3.626.677
2020	-	637.684	637.684
2021 a 2024	-	6.431.343	6.431.343
<b>Total</b>	<b>1.287.953</b>	<b>34.434.194</b>	<b>35.722.147</b>
Valor Presente	1.055.555	25.714.918	26.770.473

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Créditos Tributários								
	30/09/2015			31/12/2014			30/09/2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Diferenças temporárias:</b>	<b>17.629.451</b>	<b>12.290.001</b>	<b>29.919.452</b>	<b>13.255.468</b>	<b>7.757.179</b>	<b>21.012.647</b>	<b>12.431.893</b>	<b>7.261.510</b>	<b>19.693.403</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.418.199	7.110.798	17.528.997	8.686.523	5.078.505	13.765.028	8.138.166	4.742.995	12.881.161
Passivos atuariais	2.036.999	1.304.882	3.341.881	1.420.024	852.015	2.272.039	1.208.767	725.260	1.934.027
Provisões trabalhistas	870.201	696.161	1.566.362	709.202	425.521	1.134.723	726.857	436.114	1.162.971
Provisões cíveis	761.773	526.751	1.288.524	703.304	421.982	1.125.286	746.220	447.732	1.193.952
Despesas de captação não Incorridas - IHCD	344.859	275.887	620.746	-	-	-	360.677	216.406	577.083
Provisão para perdas - FCVS a receber	491.372	326.763	818.135	481.141	288.685	769.826	-	-	-
Ajuste a vr de mercado de títulos p/ negociação	1.438.171	1.150.537	2.588.708	409.154	245.493	654.647	286.867	172.120	458.987
Provisão p/ desvalorização de bens não de uso	11.988	9.591	21.579	8.106	4.864	12.970	7.946	4.768	12.714
Provisões fiscais	31.195	24.956	56.151	31.130	18.678	49.808	30.572	18.343	48.915
Outros	1.224.694	863.675	2.088.369	806.884	421.436	1.228.320	925.821	497.772	1.423.593
<b>Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:</b>	<b>1.287.953</b>	<b>-</b>	<b>1.287.953</b>	<b>1.556.090</b>	<b>123.941</b>	<b>1.680.031</b>	<b>1.427.754</b>	<b>46.123</b>	<b>1.473.877</b>
Prejuízo fiscal a realizar	1.287.953	-	1.287.953	1.556.090	-	1.556.090	1.427.754	-	1.427.754
Crédito de CSLL a 18% a realizar	-	-	-	-	123.941	123.941	-	46.123	46.123
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>18.917.404</b>	<b>12.290.001</b>	<b>31.207.405</b>	<b>14.811.558</b>	<b>7.881.120</b>	<b>22.692.678</b>	<b>13.859.647</b>	<b>7.307.633</b>	<b>21.167.280</b>
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	435.563	348.451	784.014	603.445	362.067	965.512	147.255	88.353	235.608
Perdas atuariais CPC 33	1.835.326	1.468.260	3.303.586	836.243	501.747	1.337.990	-	-	-
<b>Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido</b>	<b>2.270.889</b>	<b>1.816.711</b>	<b>4.087.600</b>	<b>1.439.688</b>	<b>863.814</b>	<b>2.303.502</b>	<b>147.255</b>	<b>88.353</b>	<b>235.608</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>21.188.293</b>	<b>14.106.712</b>	<b>35.295.005</b>	<b>16.251.246</b>	<b>8.744.934</b>	<b>24.996.180</b>	<b>14.006.902</b>	<b>7.395.986</b>	<b>21.402.888</b>
<b>Total dos Créditos Não Constituídos</b>	<b>707.047</b>	<b>455.727</b>	<b>1.162.774</b>	<b>995.283</b>	<b>590.955</b>	<b>1.586.238</b>	<b>1.728.986</b>	<b>1.032.704</b>	<b>2.761.690</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos Tributários									
Descrição	30/09/2015			31/12/2014			30/09/2014		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
<b>Total dos créditos com impacto no resultado</b>	<b>47.831</b>	<b>294.345</b>	<b>342.176</b>	<b>10.584</b>	<b>65.131</b>	<b>75.715</b>	<b>16.531</b>	<b>101.725</b>	<b>118.256</b>
Ajuste a mercado	38.865	239.168	278.033	10.584	65.131	75.715	7.153	44.017	51.170
Despesas de captação não incorridas - IHCD	8.966	55.177	64.143	-	-	-	9.378	57.708	67.086
<b>Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido</b>	<b>11.877</b>	<b>73.089</b>	<b>84.966</b>	<b>16.455</b>	<b>101.260</b>	<b>117.715</b>	<b>4.015</b>	<b>24.710</b>	<b>28.725</b>
Ajuste a valor de mercado títulos disponíveis para venda	11.877	73.089	84.966	16.455	101.260	117.715	4.015	24.710	28.725
<b>Total</b>	<b>59.708</b>	<b>367.434</b>	<b>427.142</b>	<b>27.039</b>	<b>166.391</b>	<b>193.430</b>	<b>20.546</b>	<b>126.435</b>	<b>146.981</b>

**(b) Movimentação do crédito tributário**

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>26.775.848</b>	<b>(1.586.238)</b>	<b>25.189.610</b>
Constituição de diferenças temporárias no período	6.998.361	-	6.998.361
Const. de dif. temporárias - Dif Alíquota CSLL - Lei nº. 13.169/15 (1)	1.908.442	-	1.908.442
Reversão de provisão	(423.464)	423.464	-
Constituição PASEP/COFINS	266.462	-	266.462
Constituição sobre títulos disponíveis para venda	(214.246)	-	(214.246)
Constituição crédito tributário perda atuarial CPC 33 (2)	1.965.595	-	1.965.595
Realização do crédito tributário IRPJ	(268.136)	-	(268.136)
Baixa de crédito tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(123.941)	-	(123.941)
<b>Saldo em 30/09/2015</b>	<b>36.884.921</b>	<b>(1.162.774)</b>	<b>35.722.147</b>
<b>Saldo em 30/09/2014</b>	<b>24.311.523</b>	<b>(2.761.690)</b>	<b>21.549.833</b>

(1) Inclui o montante de R\$ 1.908.442 mil, relativo a majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias e base negativa previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15;

(2) Os créditos tributários do banco foram constituídos considerando a elevação da alíquota de contribuição social, determinada pela Lei nº 13.169/15 (Nota 3i).

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

Descrição	2015				2014			
	3º trimestre		Acumulado setembro		3º trimestre		Acumulado setembro	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>	<b>(189.767)</b>	<b>(189.767)</b>	<b>993.742</b>	<b>993.742</b>	<b>2.093.292</b>	<b>2.093.292</b>	<b>5.549.506</b>	<b>5.549.506</b>
Encargo IRPJ e CSLL (1)	47.453	28.465	(248.418)	(149.061)	(523.317)	(313.994)	(1.387.359)	(832.426)
Efeitos tributários adições e exclusões	(470.737)	(516.567)	(1.159.057)	(929.944)	(121.189)	(72.789)	(370.732)	(222.570)
Juros sobre o capital próprio	113.336	131.477	317.373	253.899	148.085	88.851	336.263	201.758
Participação dos empregados nos lucros	104.602	105.430	213.345	170.676	88.771	53.263	176.721	106.032
Ativo fiscal diferido – realização de PF e BN	85.756	12.036	252.623	115.454	135.769	81.484	409.837	356.784
Incentivo fiscal	12.725	-	39.313	-	15.780	-	49.535	-
Reserva de reavaliação	1.354	1.305	4.434	3.153	476	286	4.490	2.694
Participação em coligadas e controladas	(33.086)	(7.944)	59.540	47.632	42.608	25.565	117.270	69.096
Diferencial de alíquota CSLL	-	172.439	-	172.439	-	-	-	-
Outros	(22.919)	(135.381)	(72.820)	(154.109)	(97.242)	(48.821)	(194.158)	(196.247)
<b>Despesa corrente</b>	<b>(161.516)</b>	<b>(208.740)</b>	<b>(593.667)</b>	<b>(469.861)</b>	<b>(310.259)</b>	<b>(186.155)</b>	<b>(858.133)</b>	<b>(514.879)</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>2.021.061</b>	<b>3.160.491</b>	<b>4.105.844</b>	<b>4.408.881</b>	<b>473.302</b>	<b>289.960</b>	<b>967.751</b>	<b>477.357</b>
Diferenças temporárias	2.106.817	3.172.527	4.373.980	4.532.823	609.071	371.444	1.377.588	834.140
Prejuízo fiscal / base negativa de CSLL	(85.756)	-	(268.136)	-	(135.769)	-	(409.837)	(158.346)
CSLL a 18%	-	(12.036)	-	(123.942)	-	(81.484)	-	(198.437)
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>(615.547)</b>	<b>(550.534)</b>	<b>(556.305)</b>	<b>(514.989)</b>	<b>(66.922)</b>	<b>(40.153)</b>	<b>232.955</b>	<b>139.772</b>
Despesa diferida/marcação a mercado	(615.547)	(550.534)	(556.305)	(514.989)	(66.922)	(40.153)	232.955	139.772
<b>Imposto de renda e contribuição social do período</b>	<b>1.243.998</b>	<b>2.401.217</b>	<b>2.955.872</b>	<b>3.424.031</b>	<b>96.121</b>	<b>63.652</b>	<b>342.573</b>	<b>102.250</b>

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social até agosto de 2015, e de 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei no 13.169/15; e iii) para as empresas não financeiras a alíquota é de 9% (Nota 3i).

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Resultado de operação de crédito	23.116.621	63.875.818	17.675.360	48.104.822
Operações compromissadas	4.096.738	11.880.622	3.566.051	8.270.974
Ativos financeiros mantidos para negociação	130.098	4.940.634	2.072.022	6.709.062
Ativos financeiros disponíveis para venda	538.987	1.316.974	309.070	1.118.300
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.475.996	5.097.577	1.112.684	3.972.144
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	6.265.725	8.284.354	1.230.566	338.095
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.425.240	6.534.680	1.941.988	5.373.936
Créditos vinculados ao SFH	616.596	1.647.868	422.555	1.233.290
Resultado de operações de câmbio	2.194.000	3.129.859	759.089	519.067
Outras	273.291	694.807	313.795	923.338
<b>Total</b>	<b>41.133.292</b>	<b>107.403.193</b>	<b>29.403.180</b>	<b>76.563.028</b>

## Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Operações com clientes	(14.067.125)	(37.332.015)	(9.649.740)	(25.854.941)
Operações com instituições financeiras	(71.642)	(204.010)	(98.946)	(207.825)
Operações compromissadas	(5.785.778)	(16.094.440)	(4.939.261)	(12.268.927)
TVM no exterior - sem subordinação	(3.014.249)	(5.188.488)	(1.108.885)	(977.831)
TVM no exterior - com subordinação	(525.590)	(821.208)	(136.317)	(136.317)
Empréstimos, cessões e repasses	(6.281.681)	(14.558.944)	(3.536.688)	(8.868.317)
Depósitos especiais e fundos e programas	(420.104)	(1.067.092)	(298.049)	(819.304)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(6.123.293)	(15.706.220)	(3.279.943)	(9.709.612)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(280.812)	(1.798.218)	(1.432.455)	(1.613.663)
<b>Total</b>	<b>(36.570.274)</b>	<b>(92.770.635)</b>	<b>(24.480.284)</b>	<b>(60.456.737)</b>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

### a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	1.689.458	4.883.433	1.549.824	4.352.484
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.111.778	3.255.444	987.020	2.890.487
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	36.968	100.917	29.425	86.762
Programa de Integração Social (PIS)	64.942	87.352	79.423	101.666
Loterias Federais	338.472	932.858	331.389	900.353
Financiamento Estudantil - (FIES)	100.919	309.711	71.313	199.263
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	19.182	52.781	18.048	56.553
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	5.285	101.367	18.735	70.256
Seguro-desemprego	11.812	41.474	14.162	45.639
Outros	100	1.529	309	1.505
Rendas de cartões	354.638	1.117.378	393.994	1.125.024
Operações de crédito e garantias prestadas	504.648	1.485.242	490.221	1.330.185
Cobrança	173.717	508.332	160.841	473.625
Arrecadações	639.756	1.824.623	547.312	1.696.459
Fundos de investimentos e carteiras administradas	379.858	1.082.692	379.751	1.079.391
Conta corrente	99.886	228.305	54.797	109.413
Programa de Transferência de Renda	82.693	252.737	90.601	273.621
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	9.565	27.549	10.551	172.716
Prestados a ligadas	126.084	417.220	120.281	244.228
Outros serviços	80.214	261.597	76.332	240.659
<b>Total</b>	<b>4.140.517</b>	<b>12.089.108</b>	<b>3.874.505</b>	<b>11.097.805</b>

### b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Rendas de cartões	128.931	435.335	128.806	342.071
Operações de crédito e cadastro	279.119	782.891	230.737	646.231
Pacote de serviços	479.045	1.331.087	343.746	1.013.041
Contas de depósito	123.804	333.368	93.875	258.504
Transferência de recursos	53.830	151.432	43.617	118.802
Outras	7.926	18.597	4.256	11.387
<b>Total</b>	<b>1.072.655</b>	<b>3.052.710</b>	<b>845.037</b>	<b>2.390.036</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Proventos	(2.980.329)	(9.082.754)	(2.667.026)	(7.982.272)
Salários e proventos	(2.602.924)	(8.200.253)	(2.429.664)	(7.423.556)
Indenizações trabalhistas	(377.405)	(882.501)	(237.362)	(558.716)
Benefícios	(551.142)	(1.745.787)	(558.220)	(1.617.082)
Encargos sociais:	(1.091.110)	(3.338.597)	(1.039.580)	(3.105.368)
FGTS	(205.262)	(624.504)	(191.474)	(574.219)
Previdência social	(622.240)	(1.919.500)	(595.897)	(1.776.445)
Previdência complementar	(203.059)	(607.965)	(194.935)	(583.957)
Outros encargos	(60.549)	(186.628)	(57.274)	(170.747)
Outros	(46.792)	(126.876)	(49.766)	(140.477)
<b>Total</b>	<b>(4.669.373)</b>	<b>(14.294.014)</b>	<b>(4.314.592)</b>	<b>(12.845.199)</b>

## Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comunicações	(143.894)	(458.591)	(201.244)	(531.174)
Manutenção e conservação de bens	(232.801)	(672.542)	(238.069)	(678.333)
Água e energia	(115.890)	(339.374)	(76.538)	(240.167)
Aluguéis e arrendamento de bens	(362.424)	(1.095.211)	(344.869)	(995.989)
Despesas de material	(41.855)	(145.913)	(43.560)	(146.812)
Processamento de dados	(372.719)	(1.070.349)	(316.056)	(889.901)
Promoções e relações públicas	(78.111)	(260.497)	(90.841)	(258.099)
Propaganda e publicidade	(85.690)	(227.076)	(104.130)	(335.901)
Serviços do sistema financeiro	(130.888)	(379.752)	(111.971)	(313.398)
Serviços de terceiros	(427.548)	(1.259.785)	(394.613)	(1.177.077)
Serviços especializados	(167.351)	(499.670)	(193.614)	(512.655)
Serviços de vigilância e segurança	(200.205)	(590.734)	(224.643)	(670.941)
Amortização	(186.577)	(520.230)	(174.124)	(498.327)
Depreciação	(232.180)	(701.278)	(205.755)	(603.778)
Outras administrativas	(156.882)	(344.472)	(97.722)	(273.340)
<b>Total</b>	<b>(2.935.015)</b>	<b>(8.565.474)</b>	<b>(2.817.749)</b>	<b>(8.125.892)</b>

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Comissões e taxas s/ operações	71.239	264.102	7.323	491.711
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	1.065.184	2.933.277	1.069.688	2.829.176
Recuperação de despesas	357.656	1.024.686	1.357.351	1.954.729
Reversão de outras provisões operacionais	118.882	1.053.553	454.577	1.402.713
Variações Cambiais	948	544.481	6.781	109.957
Atualização de depósitos em garantia	244.621	651.920	183.686	512.725
Rendas de créditos específicos	24.229	63.961	17.585	48.580
Receita de deságio na aquisição de royalties	3.204	6.249	512	76.694
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS (1)	5.625	114.762	3.541	236.557
Atualização monetária sobre operações diversas (2)	48.391	400.869	3.157	24.584
Outras receitas operacionais	180.390	551.824	163.993	550.714
<b>Total</b>	<b>2.120.369</b>	<b>7.609.684</b>	<b>3.268.194</b>	<b>8.238.140</b>

(1) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014;

(2) Variação em 2015 refere-se essencialmente à atualização monetária de valores a receber pela prestação de serviços ao OGU.

## Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
FCVS a receber - provisão/perdas	(121.083)	(228.576)	41.116	(151.688)
Obrigações com fundos e programas	(257.226)	(804.681)	(236.637)	(495.986)
Inst. híbrido de capital e dívida – atualização monetária	(97.073)	(219.785)	(194.624)	(1.098.639)
Despesas com cartão	(219.022)	(888.187)	(362.154)	(918.248)
Despesas com loterias	(42.234)	(155.132)	(56.357)	(155.644)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(532.622)	(1.680.548)	(564.327)	(1.586.823)
FGTS - arrecadação/pagamento	(125.670)	(378.719)	(127.150)	(373.656)
Serviços automatizados	(87.943)	(248.245)	(74.129)	(208.532)
Alavancagem de negócios	(183.167)	(430.474)	(131.216)	(306.018)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	-	-	(156.820)
Operações de financiamentos imobiliários	(138.368)	(467.579)	(166.762)	(492.380)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(112.951)	(295.484)	(72.651)	(200.831)
Descontos de operações de crédito	(38.881)	(498.964)	(179.288)	(319.670)
Desp. com operações de fomento - atualização monetária	77.925	(147.233)	(135.690)	(223.444)
Desp. provisões operacionais (1)	(763.552)	(1.301.337)	(114.353)	(385.242)
Provisão para causas judiciais	(374.738)	(1.211.810)	(165.482)	(650.788)
Condenações judiciais	(19.794)	(51.322)	(88.389)	(191.537)
Benefícios sociais	(49.281)	(116.265)	(12.239)	(37.191)
Benefício pós-emprego	(480.791)	(1.219.427)	(209.648)	(628.944)
Perda no valor recuperável de títulos e créditos a receber	-	(108.256)	-	-
Outras	(377.225)	(887.850)	(166.953)	(610.378)
<b>Total</b>	<b>(3.943.696)</b>	<b>(11.339.874)</b>	<b>(3.016.933)</b>	<b>(9.192.459)</b>

(1) Variação apresentada em 2015 refere-se a mudança de estimativa para cálculo da taxa de performance prevista nos contratos de aquisição de carteiras de crédito com o Banco PAN.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>48.657</b>	<b>171.604</b>	<b>52.285</b>	<b>157.445</b>
Lucro na alienação de valores e bens	13.976	50.335	18.463	61.698
Alienação de bens imóveis	6.852	20.442	6.427	19.974
Sobras de caixa não reclamadas	13.070	39.112	11.662	36.483
Multas e penalidades	6.435	17.487	8.290	26.863
Ganhos de capital c/ ajuste de valores pendentes	609	23.606	1.970	2.030
Outras rendas não operacionais	7.715	20.622	5.473	10.397
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>(260.871)</b>	<b>(636.522)</b>	<b>(177.166)</b>	<b>(568.216)</b>
Desvalorização de outros valores e bens	(15.170)	(28.534)	(5.939)	(15.330)
Indenizações por perdas e danos	(81.598)	(192.763)	(42.013)	(151.093)
Perdas em imóveis	(11.157)	(40.983)	(13.341)	(37.115)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(40.425)	(148.483)	(57.091)	(156.412)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(6.699)	(22.113)	(7.467)	(17.350)
Perdas em cartões de crédito	(967)	(52.734)	(22.054)	(55.082)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(95.057)	(125.046)	(22.313)	(119.431)
Outras despesas não operacionais	(9.798)	(25.866)	(6.948)	(16.403)
<b>Total</b>	<b>(212.214)</b>	<b>(464.918)</b>	<b>(124.881)</b>	<b>(410.771)</b>

## Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Contribuição COFINS	(515.701)	(1.652.143)	(495.679)	(1.493.968)
PIS/PASEP	(83.262)	(268.290)	(80.551)	(242.776)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(148.228)	(459.900)	(131.996)	(365.788)
Despesas com IPTU	(6.669)	(63.256)	(2.520)	(55.715)
Outras	(33.919)	(54.848)	(18.176)	(22.155)
<b>Total</b>	<b>(787.779)</b>	<b>(2.498.437)</b>	<b>(728.922)</b>	<b>(2.180.402)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias****Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

**Provisões e passivos contingentes**

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

**(a) Risco Provável:**

Descrição	31/12/2014	Acumulado setembro de 2015					30/09/2015	30/09/2014
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento		
Fiscais (Nota 18 (b))	163.964	10.069	8.976	19.836	(37.224)	(1.505)	164.116	167.356
INSS	19.668	4.413	1.287	54	(82)	-	25.340	19.488
ISS	102.480	4.359	5.264	18.635	(32.734)	(1.472)	96.532	100.467
Outros	41.816	1.297	2.425	1.147	(4.408)	(33)	42.244	47.401
Cíveis (Nota 18 (e))	2.575.029	318.773	128.126	437.252	(637.882)	(31.191)	2.790.107	2.753.580
Perdas e danos	832.693	230.221	48.878	74.478	(430.466)	(30.138)	725.666	922.809
Poupança	882.507	52.863	7.299	355.520	(143.561)	(1.051)	1.153.577	864.968
Loterias	15.474	56	1.177	117	(6.537)	(2)	10.285	14.436
Crédito imobiliário	108.033	811	8.859	434	(12.780)	-	105.357	132.981
Contingenciamento do FGTS	736.322	34.822	61.913	6.703	(44.538)	-	795.222	818.386
Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.836.810	465.063	151.885	486.914	(434.522)	(25.344)	3.480.806	2.907.428
<b>Total</b>	<b>5.575.803</b>	<b>793.905</b>	<b>288.987</b>	<b>944.002</b>	<b>(1.109.628)</b>	<b>(58.040)</b>	<b>6.435.029</b>	<b>5.828.364</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Ações fiscais**

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade insita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 30 de setembro de 2015, correspondem ao total de R\$ 1.491.313 (31/12/2014 – R\$ 1.467.472; 30/09/2014 – R\$ 1.458.509), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 25.340 (31/12/2014 – 19.668; 30/09/2014 - R\$ 19.488).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 30 de setembro de 2015, corresponde ao montante de R\$ 506.115 (31/12/2014 – 556.402; 30/09/2014 - R\$ 557.057).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 96.533 (31/12/2014 – 102.480; 30/09/2014 - R\$ 100.467).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 7.714 (31/12/2014 – 7.054; 30/09/2014 - R\$ 6.953), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

**(ii) Ações trabalhistas**

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 30 de setembro de 2015 constavam 64.539 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 61.661 “não relevantes” e 2.878 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(iii) Ações cíveis**

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30 de setembro de 2015 constavam 318.174 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 317.072 “não relevantes” e 1.102 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30 de setembro de 2015 foi provisionado R\$ 2.790.107 para estes processos.

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 30 de setembro de 2015 para estes processos foi de R\$ 795.222.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 19.496 acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

**(b) Risco possível**

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Demandas fiscais	5.571.478	5.512.106	5.507.689
Demandas cíveis	1.431.336	1.318.151	1.157.096
<b>Total</b>	<b>7.002.814</b>	<b>6.830.257</b>	<b>6.664.785</b>

**(i) Ações fiscais**

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.571.478, em 30 de setembro de 2015 (31/12/2014 - R\$ 5.512.106; 30/09/2014 - R\$ 5.507.689), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 81.064 (31/12/2014 – R\$ 76.303; 30/09/2014 – 75.371), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.583.807, em 30 de setembro de 2015 (31/12/2014 – R\$ 4.491.551; 30/09/2014 - R\$ 4.460.230), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis n.º. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 204.869, em 30 de setembro de 2015 (31/12/2014 – R\$ 199.801; 30/09/2014 - R\$ 198.081), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 156.485, em 30 de setembro de 2015 (31/12/2014 – R\$ 147.465; 30/09/2014 – R\$ 145.121), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 228.048 (31/12/2014 – R\$ 218.672; 30/09/2014 – R\$ 215.456), em 30 de setembro de 2015, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

**(ii) Ações cíveis**

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

O montante de R\$ 1.431.336 (31/12/2014 - R\$ 1.318.151; 30/09/2014 – R\$ 1.157.096) classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

**(c) Composição dos depósitos judiciais:**

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
Demandas fiscais	9.797.817	9.317.717	9.153.775
Demandas cíveis	790.930	738.601	731.985
Demandas trabalhistas	2.704.258	2.569.258	2.475.864
<b>Total</b>	<b>13.293.005</b>	<b>12.625.576</b>	<b>12.361.624</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 31 – Partes relacionadas****(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

**(b) Partes Relacionadas**

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
União	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade Participações S.A. (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
PAN Seguros S.A.	
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	Plano de Benefícios Pós-Emprego
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	

(1) Transações realizadas com estas subsidiárias integrais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA.

(2) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A..

**(c) Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

Com a Capgemini, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio.

A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	30/09/2015			31/12/2014			30/09/2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
<b>ATIVO:</b>	<b>4.700.078</b>	<b>21.198.080</b>	-	<b>3.779.937</b>	<b>16.127.393</b>	-	<b>3.500.341</b>	<b>14.769.885</b>	-
<b>Aplicações em dep. interfinanceiros:</b>	-	<b>6.610.363</b>	-	-	<b>5.854.505</b>	-	-	<b>5.756.773</b>	-
Banco PAN	-	6.610.363	-	-	5.854.505	-	-	5.756.773	-
<b>Rendas a receber:</b>	<b>2.928.023</b>	<b>394</b>	-	<b>2.125.658</b>	<b>28.045</b>	-	<b>1.879.956</b>	<b>18.961</b>	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	394	-	-	28.045	-	-	18.961	-
UNIÃO	2.928.023	-	-	2.125.658	-	-	1.879.956	-	-
<b>Operações de Crédito:</b>	<b>955.909</b>	-	-	<b>902.094</b>	-	-	<b>886.064</b>	-	-
UNIÃO	955.909	-	-	902.094	-	-	886.064	-	-
<b>Créditos adquiridos:</b>	-	<b>14.587.323</b>	-	-	<b>10.244.843</b>	-	-	<b>8.994.151</b>	-
Banco PAN	-	14.587.323	-	-	10.244.843	-	-	8.994.151	-
<b>Outros créditos:</b>	<b>816.146</b>	-	-	<b>752.185</b>	-	-	<b>734.321</b>	-	-
UNIÃO	816.146	-	-	752.185	-	-	734.321	-	-
<b>PASSIVO:</b>	<b>238.591</b>	<b>1.251.696</b>	<b>1.148</b>	<b>224.674</b>	<b>181.253</b>	<b>1.562</b>	<b>231.049</b>	<b>1.169.381</b>	<b>1.304</b>
<b>Depósitos:</b>	<b>193.837</b>	<b>11.068</b>	<b>1.148</b>	<b>181.221</b>	<b>10.951</b>	<b>1.562</b>	<b>190.774</b>	<b>9.743</b>	<b>1.304</b>
Banco PAN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	11.068	-	-	10.951	-	-	9.743	-
FUNCEF	-	-	1.148	-	-	1.562	-	-	1.304
UNIÃO	193.837	-	-	181.221	-	-	190.774	-	-
<b>Captações no mercado aberto</b>	-	<b>449.235</b>	-	-	-	-	-	<b>1.030.422</b>	-
Banco PAN	-	449.235	-	-	-	-	-	1.030.422	-
<b>Repasses do país - instituições oficiais</b>	<b>1.165</b>	-	-	<b>2.879</b>	-	-	<b>525</b>	-	-
UNIÃO	1.165	-	-	2.879	-	-	525	-	-
<b>Obrigações diversas:</b>	<b>43.589</b>	<b>791.393</b>	-	<b>40.574</b>	<b>170.302</b>	-	<b>39.750</b>	<b>129.216</b>	-
Banco PAN (1)	-	729.367	-	-	105.728	-	-	65.114	-
Capgemini S.A.	-	62.026	-	-	64.574	-	-	64.102	-
UNIÃO	43.589	-	-	40.574	-	-	39.750	-	-

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	3º trimestre - 2015			Acumulado setembro - 2015			3º trimestre - 2014			Acumulado setembro - 2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
<b>RECEITAS:</b>	<b>29.708</b>	<b>449.519</b>	<b>-</b>	<b>165.954</b>	<b>1.139.541</b>	<b>-</b>	<b>36.570</b>	<b>278.943</b>	<b>-</b>	<b>119.939</b>	<b>855.595</b>	<b>-</b>
<b>Rdas. dep. interfinanceiros:</b>	<b>-</b>	<b>249.587</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>630.490</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>148.111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>438.650</b>	<b>-</b>
Banco PAN	-	249.587	-	-	630.490	-	-	148.111	-	-	438.650	-
<b>Rendas prest. serviços:</b>	<b>5.479</b>	<b>135.649</b>	<b>-</b>	<b>101.993</b>	<b>444.768</b>	<b>-</b>	<b>18.985</b>	<b>130.832</b>	<b>-</b>	<b>71.360</b>	<b>416.945</b>	<b>-</b>
Caixa Seg. Holding S.A.	-	135.649	-	-	444.768	-	-	130.832	-	-	416.945	-
UNIÃO	5.479	-	-	101.993	-	-	18.985	-	-	71.360	-	-
<b>Outras rec. operacionais:</b>	<b>24.229</b>	<b>64.283</b>	<b>-</b>	<b>63.961</b>	<b>64.283</b>	<b>-</b>	<b>17.585</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>48.579</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
UNIÃO	24.229	-	-	63.961	-	-	17.585	-	-	48.579	-	-
Caixa Seg. Holding S.A.	-	64.259	-	-	64.259	-	-	-	-	-	-	-
PAN Seguros S.A.	-	24	-	-	24	-	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS:</b>	<b>(1.199)</b>	<b>(685.865)</b>	<b>(16.758)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>(932.622)</b>	<b>(49.009)</b>	<b>(985)</b>	<b>(165.284)</b>	<b>(18.374)</b>	<b>(3.073)</b>	<b>(301.544)</b>	<b>(47.782)</b>
<b>Desp. admin. – aluguéis:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(16.758)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(49.009)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18.374)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(47.782)</b>
FUNCEF	-	-	(16.758)	-	-	(49.009)	-	-	(18.374)	-	-	(47.782)
<b>Outras desp. operacionais:</b>	<b>(1.199)</b>	<b>(685.865)</b>	<b>-</b>	<b>(3.230)</b>	<b>(932.622)</b>	<b>-</b>	<b>(985)</b>	<b>(165.284)</b>	<b>-</b>	<b>(3.073)</b>	<b>(301.544)</b>	<b>-</b>
Banco PAN (1)	-	(535.046)	-	-	(623.639)	-	-	(27.086)	-	-	(41.552)	-
Caixa Seg. Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(150.819)	-	-	(308.983)	-	-	(138.198)	-	-	(259.992)	-
UNIÃO	(1.199)	-	-	(3.230)	-	-	(985)	-	-	(3.073)	-	-

(1) Variação apresentada em 2015 refere-se a mudança de estimativa para cálculo da taxa de performance prevista nos contratos de aquisição de carteiras de crédito com o Banco PAN.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Remuneração do pessoal-chave da administração**

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2015		2014	
	3º trimestre	Acumulado setembro	3º trimestre	Acumulado setembro
Benefícios de curto prazo	<b>6.623</b>	<b>26.651</b>	<b>8.212</b>	<b>21.401</b>
Proventos	4.906	19.966	6.533	16.248
Encargos Sociais	1.717	6.685	1.679	5.153

Descrição	30/09/2015 (valores em R\$)		30/09/2014 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	53.266,87	33.546,00	50.973,08	31.846,00
Salário médio	42.982,42	7.328,65	41.131,50	6.617,26
Menor salário	39.685,01	2.208,00	37.976,08	2.073,00
Benefícios	4.959,49	1.956,70	4.577,68	1.781,12

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 32 – Benefícios a empregados****(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	30/09/2015 (1)	31/12/2014 (1)	30/09/2014 (2)
Benefícios de curto prazo	3.882.228	2.789.963	3.546.622
Natureza salarial	3.037.444	2.315.831	2.849.769
Participação dos empregados no lucro	844.784	474.132	696.853
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	16.792.993	11.665.078	7.844.976
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (c.1))	12.390.637	9.346.949	6.850.424
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (c.2))	1.063.519	861.147	749.628
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial (c.4))	3.338.837	1.456.982	244.924
<b>Total</b>	<b>20.675.221</b>	<b>14.455.041</b>	<b>11.391.598</b>

(1) Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

(2) Cálculos atuariais apresentados neste período foram desenvolvidos pela Gama Consultores Associados.

**(b) Benefícios de curto prazo:**

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

**(c) Benefícios pós-emprego:**

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

A partir do exercício de 2015, os cálculos atuariais são apurados com periodicidade semestral.

A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

**(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

O Saúde CAIXA é o programa de assistência a saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológica, odontológica, psicológica, fisioterápica, terapêutica ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais.

O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 30 de junho de 2015 pela Deloitte Touche Tohmatsu, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 12.390.637 (31/12/2014 – R\$ 9.346.949 – 30/09/2014 - R\$6.646.187).

### (c.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

Benefícios fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2014 a agosto de 2015 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 572,00 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2014 a agosto de 2015 é de R\$ 431,16 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. No primeiro semestre de 2015 foram concedidos 705 novos benefícios, em 2014 foram 1299 e no 2º semestre de 2013, 1438 benefícios novos.

Para o cálculo, são considerados o reconhecimento do pagamento de forma vitalícia, a não reversão em caso de morte do participante beneficiário, o fato do participante ser válido ou inválido e os valores informados na data-base da avaliação. Não são considerados futuras entradas de beneficiários, considera-se apenas os participantes assistidos que recebem este benefício de forma mensal.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.063.519 (31/12/2014 – R\$ 861.147 – 30/09/2014 – R\$ 757.123).

### (c.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economizadores Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 67 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da Obrigação.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c.4) Planos de previdência – Previdência complementar****• REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Conforme divulgado pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF o Plano de Previdência REG/REPLAN patrocinado pela CAIXA registrou em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado.

Pelas regras e pelos critérios estabelecidos, em especial na Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, a FUNCEF é obrigada a elaborar o plano de equacionamento quando o déficit acumulado persistir por três anos consecutivos ou quando ultrapassar 10% das reservas matemáticas.

A CAIXA conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001 deverá arcar paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

A elaboração do referido plano está em curso pela FUNCEF com finalização no final do ano de 2015, com implementação prevista para 2016.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### • REB

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e,
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

### • Novo Plano

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:**

Descrição	30/06/2015			31/12/2014		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (Incluindo Dependentes)	96.120	56.335	152.455	98.190	49.789	147.979
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	14.501	14.501	-	14.421	14.421
Assistidos PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	66	66	-	67	67
REG/REPLAN	28.227	35.129	63.356	28.532	34.913	63.445
REB	7.420	654	8.074	7.562	655	8.217
Novo Plano	90.411	3.907	94.318	88.465	3.856	92.321

**(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício**

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

**(e.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais**

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Nos planos onde foi observado superávit na posição de 30/06/2015, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

**(e.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:**

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2016, 4,50% para 2017, 4,00% para 2018, 3,50% para 2019, 3,00% para 2020, 2,50% para 2021, 2,00% para 2022, 1,50% para 2023 e 1,00% a partir de 2024 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Taxa anual de juros (1)	11,72	12,8	11,94	12,8	12,12	12,77	11,98	12,8	12,06	12,79	11,98	12,8
Aumento anual dos salários (projeção)	-	-	-	-	-	-	7,93	8,71	10,2	10,99	8,14	8,92
Aumento anual dos benef. (projeção)	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19
Taxa de inflação média anual	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,12	12,77	11,98	12,8	12,06	12,79	11,98	12,8
Taxa de rotatividade (2)	1,21	Experiência FUNCEF	-	-	-	-	-	-	Experiência FUNCEF	Experiência FUNCEF	Experiência FUNCEF	Experiência FUNCEF
Tábua de mortalidade <sup>2</sup>	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000
	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)

(1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (5,43%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

(2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

(3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2016, 4,50% para 2017, 4,00% para 2018, 3,50% para 2019, 3,00% para 2020, 2,50% para 2021, 2,00% para 2022, 1,50% para 2023 e 1,00% a partir de 2024 inclusive.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e.3) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:**

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípua é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
VPOA <sup>1</sup> no início do exercício	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.520)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.780)
Custo do serviço corrente	(162.210)	(400.434)	-	-	-	-	(74.255)	(3.648)	(1.217)	(1.303)	(9.099)	(37.648)
Custo de juros	(588.469)	(728.632)	(57.711)	(84.876)	(3.042)	(5.239)	(2.586.749)	(4.725.790)	(15.670)	(59.913)	(36.316)	(58.521)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(11.311)	(17.694)	(9)	(371)	-	(4.483)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(2.155.886)	(2.292.659)	(186.276)	(116.981)	5.894	(3.056)	(3.022.067)	1.283.417	(14.981)	302.163	(108.537)	1.101
Ajuste de experiência	(193.209)	(796.063)	(182.301)	(143.399)	5.382	(5.974)	(3.077.081)	(715.647)	(20.432)	304.633	(126.843)	(12.588)
Alterações premissas biométricas	(479.584)	296.766	-	(3.903)	-	174	124.178	(465.883)	3.003	(18.928)	19.690	(60.015)
Alterações premissas financeiras	(1.483.093)	(1.793.362)	(3.975)	30.321	512	2.744	(69.164)	2.464.947	2.448	16.458	(1.384)	73.704
Benefícios pagos pelo plano	155.665	286.531	49.137	92.388	2.305	3.871	1.381.678	1.948.985	9.507	6.573	13.956	9.912
<b>VPOA<sup>1</sup> no final do exercício</b>	<b>(12.097.849)</b>	<b>(9.346.949)</b>	<b>(1.055.997)</b>	<b>(861.147)</b>	<b>(44.787)</b>	<b>(49.944)</b>	<b>(46.114.649)</b>	<b>(41.801.945)</b>	<b>(276.926)</b>	<b>(254.556)</b>	<b>(721.415)</b>	<b>(581.419)</b>

 VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da Obrigação Atuarial

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e.4) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:**

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
VJAP <sup>1</sup> no início do exercício	-	-	-	-	49.944	45.520	39.189.888	41.054.967	263.803	299.895	279.514	271.445
Receitas de juros	-	-	-	-	3.042	5.239	2.421.034	4.820.209	16.263	35.702	17.118	32.574
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	-	-	-	-	(5.894)	3.056	(292.317)	(4.775.300)	1.226	(65.609)	77.468	(22.711)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-	36.337	21.303	163	17	9.896	3.635
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	-	-	-	11.311	17.694	9	371	-	4.483
Benefícios pagos pelo plano	-	-	-	-	(2.305)	(3.871)	(1.381.678)	(1.948.985)	(9.507)	(6.573)	(13.956)	(9.912)
<b>VJAP<sup>1</sup> no final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44.787</b>	<b>49.944</b>	<b>39.984.575</b>	<b>39.189.888</b>	<b>271.957</b>	<b>263.803</b>	<b>370.040</b>	<b>279.514</b>

 VJAP<sup>1</sup> - Valor Justo dos ativos do plano

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e.5) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:**

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
VPOA <sup>1</sup> no final do período	(12.097.849)	(9.346.949)	(1.055.997)	(861.147)	(44.787)	(49.944)	(46.114.648)	(41.801.945)	(276.926)	(254.556)	(721.415)	(581.419)
VJAP <sup>2</sup> no final do período	-	-	-	-	44.787	49.944	39.984.575	39.189.888	271.957	263.803	370.040	279.514
Superávit/ (déficit) do plano	(12.097.849)	(9.346.949)	(1.055.997)	(861.147)	-	-	(6.130.073)	(2.612.057)	(4.969)	9.247	(351.375)	(301.905)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial <sup>3</sup>	-	-	-	-	-	-	3.065.036	1.306.028	2.485	-	175.687	150.952
Efeito do teto do Ativo <sup>4</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.247)	-	-
<b>Ativo/ (passivo) líquido</b>	<b>(12.097.849)</b>	<b>(9.346.949)</b>	<b>(1.055.997)</b>	<b>(861.147)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.065.036)</b>	<b>(1.306.029)</b>	<b>(2.485)</b>	<b>-</b>	<b>(175.687)</b>	<b>(150.953)</b>

 VPOA<sup>1</sup> - Valor Presente da obrigação atuarial

 VJAP<sup>2</sup> - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Banco.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pelo Banco

**(e.6) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:**

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	-	-	(1.306.029)	-	-	(100.905)	(150.953)	(110.167)
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	36.337	21.303	163	17	9.896	3.635
Benefícios pagos diretamente pela empresa	155.665	286.531	49.137	92.388	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(750.679)	(1.129.065)	(57.711)	(84.876)	-	-	(157.111)	(3.648)	(1.217)	(13.408)	(18.698)	(50.622)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(2.155.886)	(2.292.660)	(186.276)	(116.981)	-	-	(1.638.233)	(1.323.684)	(1.431)	114.296	(15.932)	6.201
<b>(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período</b>	<b>(12.097.849)</b>	<b>(9.346.949)</b>	<b>(1.055.997)</b>	<b>(861.147)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.065.036)</b>	<b>(1.306.029)</b>	<b>(2.485)</b>	<b>-</b>	<b>(175.687)</b>	<b>(150.953)</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e.7) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados:**
**(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)**

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2015		2015		2015		2015		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Custo do serviço corrente líquido	(94.741)	(324.421)	-	-	(9.404)	(148.509)	(1.501)	(2.434)	(11.757)	(18.199)
Custo de juros líquidos	(703.458)	(1.176.939)	(64.512)	(115.421)	(183.100)	(165.714)	(145)	-	(10.367)	(19.197)
<b>Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo exercício</b>	<b>(798.199)</b>	<b>(1.501.360)</b>	<b>(64.512)</b>	<b>(115.421)</b>	<b>(192.504)</b>	<b>(314.223)</b>	<b>(1.646)</b>	<b>(2.434)</b>	<b>(22.124)</b>	<b>(37.396)</b>

**Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)**

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio e Cesta Alimentação		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	2015		2015		2015		2015		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	180.324	297.370	49.738	81.763	14.411	22.622	172	18	10.433	3.860
Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total dos pagamentos esperados para o plano</b>	<b>180.324</b>	<b>297.370</b>	<b>49.738</b>	<b>81.763</b>	<b>14.411</b>	<b>22.622</b>	<b>172</b>	<b>18</b>	<b>10.433</b>	<b>3.860</b>

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e.8) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:**

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		30/06/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(674.541)	(732.098)	(692.218)	(715.136)	N/A	N/A	(831.349)	(596.552)	(703.458)
Valor presente das obrigações	(11.596.286)	(12.595.421)	(11.659.146)	(12.563.323)	N/A	N/A	(14.281.699)	(10.272.197)	(12.097.849)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(63.498)	(66.317)	(64.696)	(66.023)	N/A	N/A	N/A	N/A	(64.512)
Valor presente das obrigações	(1.039.006)	(1.086.237)	(1.036.846)	(1.076.192)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.055.997)
<b>Assistidos PREVHAB</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.592)	(2.724)	(2.654)	(2.645)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.650)
Valor presente das obrigações	(43.812)	(46.026)	(43.959)	(45.613)	N/A	N/A	N/A	N/A	(44.787)
<b>REG/REPLAN</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(3.662)	(10.377)	(6.496)	(7.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.404)
Custo dos juros para o próximo semestre	(2.692.272)	(2.728.154)	(2.705.588)	(2.720.848)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.713.302)
Valor presente das obrigações	(45.775.217)	(46.313.322)	(45.046.783)	(47.192.968)	N/A	N/A	N/A	N/A	(46.114.648)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(1.589)	(1.575)	(1.486)	(1.698)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.501)
Custo dos juros para o próximo semestre	(16.088)	(16.644)	(16.268)	(16.501)	N/A	N/A	N/A	N/A	(16.381)
Valor presente das obrigações	(272.146)	(281.341)	(269.632)	(284.783)	N/A	N/A	N/A	N/A	(276.926)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(12.547)	(11.044)	(11.078)	(12.483)	N/A	N/A	N/A	N/A	(11.757)
Custo dos juros para o próximo semestre	(36.887)	(35.493)	(35.396)	(36.846)	N/A	N/A	N/A	N/A	(42.705)
Valor presente das obrigações	(622.029)	(598.347)	(584.841)	(634.252)	N/A	N/A	N/A	N/A	(721.415)

**HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2014
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
<b>Saúde CAIXA</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(1.137.524)	(1.216.680)	(1.157.980)	(1.196.800)	N/A	N/A	(1.374.507)	(1.018.301)	(1.176.940)
Valor presente das obrigações	(9.038.904)	(9.657.543)	(9.025.337)	(9.688.565)	N/A	N/A	(10.891.021)	(8.107.124)	(9.346.949)
<b>Auxílio e Cesta Alimentação</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(112.970)	(117.843)	(113.454)	(117.463)	N/A	N/A	N/A	N/A	(115.421)
Valor presente das obrigações	(841.986)	(880.072)	(845.775)	(887.104)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.147)
<b>Assistidos PREVHAB</b>									
Custo dos juros para o próximo semestre	(5.994)	(6.220)	(6.084)	(6.082)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.083)
Valor presente das obrigações	(48.858)	(51.011)	(49.028)	(50.887)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.944)
<b>REG/REPLAN</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(135.157)	(149.817)	(142.830)	(154.449)	N/A	N/A	N/A	N/A	(148.509)
Custo dos juros para o próximo semestre	(4.958.412)	(5.238.125)	(5.145.032)	(5.202.394)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.713.498)
Valor presente das obrigações	(40.120.702)	(42.304.217)	(40.806.998)	(42.835.229)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.801.945)
<b>REB</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(2.728)	(2.170)	(2.270)	(2.610)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.434)
Custo dos juros para o próximo semestre	(31.469)	(31.272)	(24.019)	(31.626)	N/A	N/A	N/A	N/A	(31.342)
Valor presente das obrigações	(255.573)	(253.985)	(190.829)	(261.710)	N/A	N/A	N/A	N/A	(254.556)
<b>NOVO PLANO</b>									
Custo dos serviços para o próximo semestre	(20.078)	(16.508)	(17.117)	(19.360)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.199)
Custo dos juros para o próximo semestre	(75.999)	(69.590)	(72.776)	(75.533)	N/A	N/A	N/A	N/A	(72.631)
Valor presente das obrigações	(607.996)	(557.368)	(559.920)	(604.128)	N/A	N/A	N/A	N/A	(581.419)

**HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos**

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, governança corporativa.

#### Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, e Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em acordo aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar			
Descrição	30/09/2015 (1)	31/12/2014	30/09/2014
<b>Patrimônio de Referência – PR</b>	<b>80.338.997</b>	<b>79.402.212</b>	<b>74.013.916</b>
<b>Nível I</b>	<b>57.017.875</b>	<b>59.237.192</b>	<b>62.380.141</b>
Capital Principal – CP	57.017.875	59.237.192	62.380.141
Patrimônio Líquido <sup>(2)</sup>	27.095.173	26.222.765	28.521.935
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.086.566	35.867.958	35.867.958
Ajustes prudenciais	(6.163.864)	(2.853.531)	(2.009.752)
Capital Complementar – CC	-	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	-
<b>Nível II</b>	<b>23.321.122</b>	<b>20.165.020</b>	<b>11.633.775</b>
Instrumentos de dívida subordinada	21.724.029	18.554.433	11.633.775
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	(761.594)	-	-
Notas subordinadas	2.086.584	1.370.226	-
Letras financeiras	282.628	244.051	-
Letras financeiras (dedução 20%)	(2.366)	(3.690)	-
Letras financeiras (dedução 40%)	(8.159)	-	-
<b>Ativos ponderados pelo risco – RWA</b>	<b>564.887.037</b>	<b>493.956.341</b>	<b>483.131.522</b>
Risco de crédito - $RWA_{CPAD}$	521.661.558	470.702.401	457.046.020
Risco de mercado – carteira de negociação - $RWA_{MPAD}$	2.875.723	2.986.701	5.818.263
Taxa de juros – $RWA_{JUR}$	1.625.387	1.985.813	3.468.831
Commodities – $RWA_{COM}$	-	-	-
Ações – $RWA_{ACS}$	-	-	-
Câmbio – $RWA_{CAM}$	1.250.336	1.000.888	2.349.432
Risco operacional - $RWA_{OPAD}$	40.349.756	20.267.239	20.267.239
<b>Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (<math>RWA \cdot 0,11</math>) - PRMR</b>	<b>62.137.574</b>	<b>54.335.198</b>	<b>53.144.467</b>
<b>Risco de mercado – carteira de não negociação - <math>R_{BAN}</math></b>	<b>8.636.492</b>	<b>6.561.083</b>	<b>5.014.240</b>
<b>Margem de capital (<math>PR - PRMR - R_{BAN}</math>)</b>	<b>9.564.931</b>	<b>18.505.932</b>	<b>15.855.209</b>
<b>Índice de capital principal (<math>CP / RWA</math>)</b>	<b>10,09%</b>	<b>11,99%</b>	<b>12,91%</b>
<b>Índice de capital nível I (<math>Nível I / RWA</math>)</b>	<b>10,09%</b>	<b>11,99%</b>	<b>12,91%</b>
<b>Índice de Basileia (<math>PR / RWA</math>)</b>	<b>14,22%</b>	<b>16,07%</b>	<b>15,32%</b>

(1) Conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, a partir de janeiro de 2015, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

(2) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

### Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

### Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

### Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

### Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

### Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade <sup>(1)</sup>			
Fatores de Risco	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
PRE	26.573	8.546	13.994
Cupom IPCA	1.431	270	388
Cupom SELIC	7	-	-
Cupom TR	1	-	1
<b>VaR com ED</b>	<b>28.012</b>	<b>8.816</b>	<b>14.383</b>

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

### Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimativa do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basileia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Instrumentos Financeiros – Valor de mercado**

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
<b>Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS</b>									
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.323.273	6.533.817	6.214.038	8.324.008	6.533.766	6.213.852	735	(51)	(186)
Aplicações em operações compromissadas	118.602.043	113.973.136	97.329.854	118.593.211	113.952.540	97.329.854	(8.832)	(20.596)	-
Títulos e valores mobiliários e instr. financ.	168.736.287	166.025.859	166.425.958	165.013.451	166.039.625	166.738.868	(3.722.836)	13.766	312.910
Títulos para negociação	100.299.078	101.697.936	102.793.676	100.299.078	101.697.936	102.793.676	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	15.617.626	15.039.809	16.516.449	15.617.626	15.039.809	16.516.449	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	52.819.583	49.288.114	47.115.833	49.096.747	49.301.880	47.428.743	(3.722.836)	13.766	312.910
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	641.828.401	594.754.777	566.707.184	568.103.214	556.953.867	537.342.493	(73.725.187)	(37.800.910)	(29.364.691)
Comercial	197.977.078	190.519.837	187.281.067	204.573.622	197.257.226	197.049.331	6.596.544	6.737.389	9.768.264
Habitação	375.668.141	339.838.641	320.627.865	314.270.038	311.713.400	296.466.507	(61.398.103)	(28.125.241)	(24.161.358)
Infraestrutura/Desenvolvimento	68.183.182	56.481.914	51.070.748	49.259.554	40.068.856	36.099.151	(18.923.628)	(16.413.058)	(14.971.597)
Outros créditos	-	7.914.385	7.727.504	-	7.914.385	7.727.504	-	-	-
<b>Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS</b>									
Captações de recursos	277.038.414	227.640.742	211.930.120	281.731.214	226.931.157	212.063.455	4.692.800	(709.585)	133.335
CDB/RDB	109.653.026	89.891.665	87.205.893	110.104.421	90.118.460	87.471.422	451.395	226.795	265.529
LCI LH	151.720.964	126.971.227	114.702.875	155.484.791	125.510.353	113.952.034	3.763.827	(1.460.874)	(750.841)
Obrigações por TVM no exterior	15.664.424	10.777.850	10.021.352	16.142.002	11.302.344	10.639.999	477.578	524.494	618.647
Captação em operações compromissadas	170.274.592	172.769.884	162.868.667	171.556.371	172.755.223	163.503.145	1.281.779	(14.661)	634.478
Obrigações por empréstimos e repasses e Outras	211.350.699	180.008.939	184.839.514	137.499.556	130.600.029	135.726.518	(73.851.143)	(49.408.910)	(49.112.996)
Exterior	17.379.921	5.450.039	3.936.247	17.639.907	5.353.897	3.893.775	259.986	(96.142)	(42.472)
Tesouro	43.589	40.574	39.750	45.002	41.910	40.967	1.413	1.336	1.217
FGTS (1)	163.337.979	145.033.444	152.663.149	103.605.046	108.353.417	111.845.197	(59.732.933)	(36.680.027)	(40.817.952)
BNDES	29.489.458	28.239.713	27.209.736	15.367.685	15.799.197	19.128.399	(14.121.773)	(12.440.516)	(8.081.337)
Depósitos não remunerados	1.099.752	1.245.169	990.632	841.916	1.051.608	818.180	(257.836)	(193.561)	(172.452)
Instrumento híbrido de capital e dívida	24.099.595	20.177.205	13.115.496	13.750.492	14.869.513	10.621.739	(10.349.103)	(5.307.692)	(2.493.757)

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

### Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/09/2015 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(295.839)	(6.950.343)	(13.062.127)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(39.527)	(904.331)	(1.660.320)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(162.392)	(3.451.302)	(5.884.373)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(3.066)	(79.264)	(164.664)

**Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é definido como:

I - A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

**Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA esta gestão está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

### Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013, foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA, metodologia adotada na CAIXA, segue os procedimentos definidos na Circular BACEN acima, para efetivar o cálculo da parcela dos ativos ponderados, relativa ao cálculo do capital requerido para o Risco Operacional.

A Circular nº 3.675/2013 definiu que o BACEN poderá exigir que o cálculo da parcela RWAopad seja efetuado com utilização da metodologia do Indicador Básico (BIA), em virtude de eventual necessidade de correção ou aprimoramento na utilização da Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) ou da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA2), inclusive nos casos em que o processo de classificação em linhas de negócio não evidenciar a utilização de critérios adequados, consistentes e passíveis de verificação.

Encontra-se em estudo pelo Comitê de Basiléia uma metodologia de alocação de capital alternativa aos modelos básico e padronizado, denominado de OpCaR (Operational Capital at Risk), trazendo como novidade a substituição do Gross Income (Resultado Bruto) como insumo principal do cálculo, dando lugar ao Business Indicator, sendo este último uma proxy do volume de negócios do banco.

Tal abordagem gerou um documento colocado em consulta pública pelo Comitê de Basiléia, com a descrição da metodologia, que foi analisada pelos bancos brasileiros, BACEN e FEBRABAN, inclusive com a geração de simulações pelos maiores bancos, que estão sendo verificadas pelo BACEN e FEBRABAN.

### Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

## Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

### Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

### Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

### Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós- crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

### Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

### Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Nota 34 – Outras informações****(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS**

Visando à convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN nº 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN nº 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN nº 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN nº 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN nº 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN nº 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN nº 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN nº 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

**(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:**

PL de Fundos/Programas Sociais administrados			
Descrição	30/09/2015	31/12/2014	30/09/2014
PIS	28.955.548	28.674.573	28.496.340
FGTS (1)	89.944.170	75.023.898	71.873.878
FAR	38.174.251	30.779.021	27.771.216
FDS	1.172.976	1.143.187	1.137.576
FAS	28.145	27.987	27.972
FGS	809.458	269.910	277.390
FGHAB	1.606.866	1.788.550	1.731.709
CCA	84.834	63.776	59.004
CCAM	34	28	26
FGCN	4.575.526	4.755.903	4.923.206
FCE	-	4	3
<b>Total</b>	<b>165.351.808</b>	<b>142.526.837</b>	<b>136.298.320</b>
<b>FCVS</b>	<b>(101.444.628)</b>	<b>(97.974.486)</b>	<b>(95.030.312)</b>

(1) Posição de agosto/2015

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Garantias prestadas a terceiros**

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2014 - R\$ 69.554 e 30/09/2014 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

**(d) FGTS**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 110.378.

**(e) FIES**

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de “Obrigações diversas” no montante de R\$ 214.772 (31/12/2014 – R\$ 186.651 e 30/09/2014 - R\$ 185.963).

**(f) Abertura de capital da CAIXA Seguridade**

Em 25 de junho de 2015 o Conselho de Administração da CAIXA autorizou o processo de abertura de capital e de Oferta Pública de Ações da empresa CAIXA Seguridade Participações S.A., em consonância com as Instruções CVM 400/2003 e CVM 480/2009. Os recursos provenientes desta oferta serão destinados para a própria acionista, Caixa Econômica Federal.

**Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Miriam Aparecida Belchior  
Presidenta

Antônio Carlos Ferreira  
Vice-presidente

Fábio Lenza  
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira  
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz  
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto  
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto  
Vice-presidente

Nelson Antônio de Souza  
Vice-presidente

Paulo José Galli  
Vice-presidente

Roberto Derziê Sant'Anna  
Vice-presidente

Rubens Rodrigues dos Santos  
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa  
Superintendente Nacional  
Contador CRC 022351/O-1-DF

# **Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas**

Aos Administradores e Acionista da  
**Caixa Econômica Federal - CAIXA**

## **Introdução**

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas (“CAIXA” ou “Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN na elaboração de demonstrações contábeis intermediárias. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

## **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## **Ênfases**

### *Créditos com FCVS*

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, que descreve que, em 30 de setembro de 2015, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 26.710 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.442 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.691 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 17.959 milhões, em 30 de setembro de 2015, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Créditos tributários*

Chamamos a atenção para a nota 20 (b) às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, que descreve que, em 30 de setembro de 2015, a CAIXA possui R\$ 36.885 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.163 milhões. O valor líquido de R\$ 35.722 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Créditos tributários em controlada em conjunto*

Em 30 de setembro de 2015, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.061 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 30 de junho de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Não apresentação das demonstrações contábeis intermediárias individuais da controladora*

Conforme mencionado na nota explicativa 2(a), a partir de 31 de março de 2015 a Administração da Caixa optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis intermediárias individuais da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Caixa e de suas controladas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos*

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da Caixa na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da Caixa adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação “A Origem” ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas da Caixa. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### *Reapresentação dos valores correspondentes*

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, que descreve que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### *Demonstrações consolidada do valor adicionado*

Revisamos, também, as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela CAIXA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de novembro de 2015

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6

Flávio Serpejante Peppe  
Contador CRC-1SP172167/O-6

Renata Zanotta Calçada  
Contador CRC-1RS062793/O-8